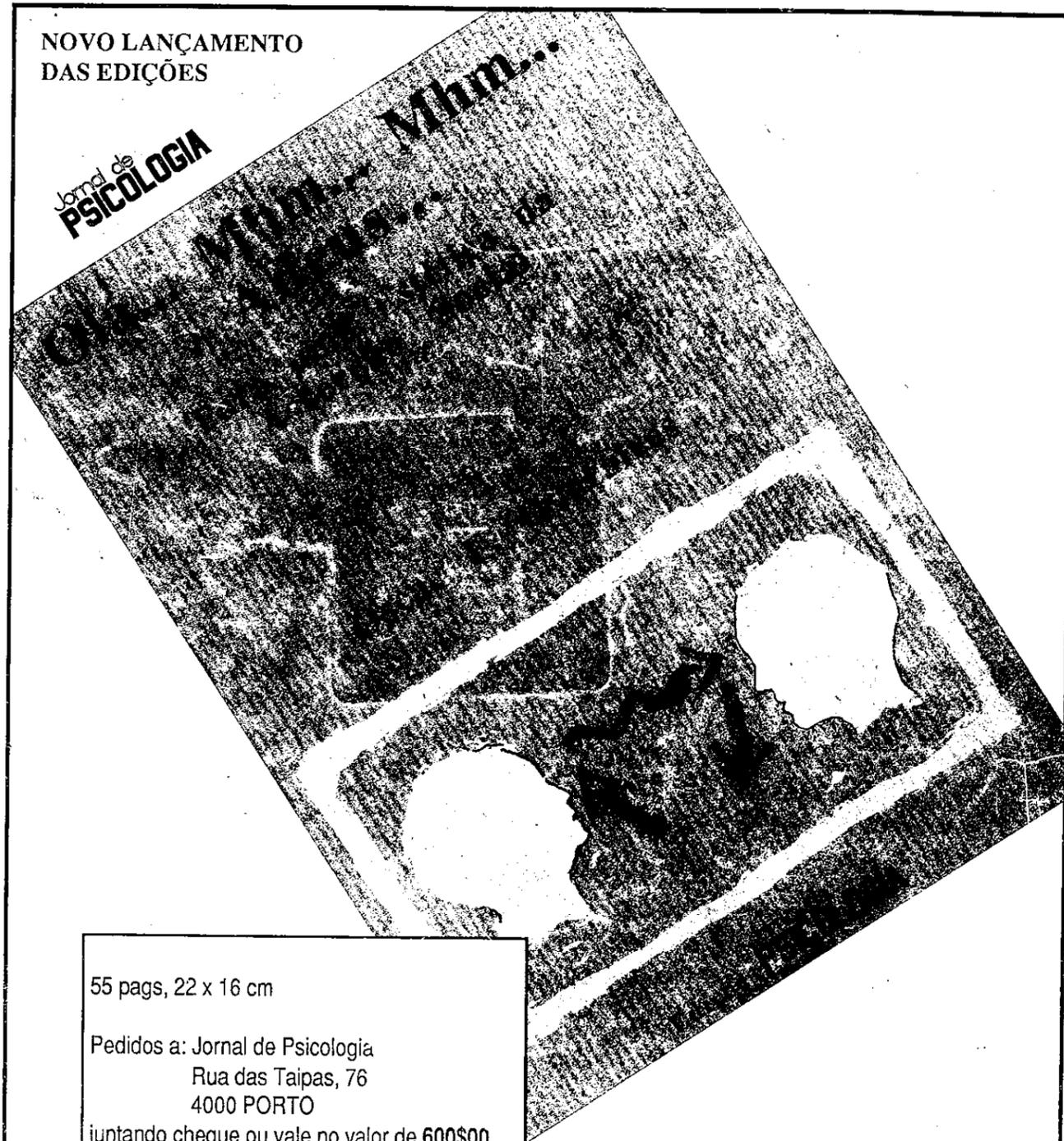


NOVO LANÇAMENTO  
DAS EDIÇÕES

Jornal de  
**PSICOLOGIA**



55 pags, 22 x 16 cm

Pedidos a: Jornal de Psicologia  
Rua das Taipas, 76  
4000 PORTO

juntando cheque ou vale no valor de 600\$00  
(porte incluído)

*"Deus estava cansado, tinha criado o homem e a mulher. O milagre da existência tinha esgotado as suas reservas de glicogéneo. Faltava-lhe energia para iniciar os seus filhos nas complexas artes da comunicação. Foi então que, ao olhar preguiçosamente as primeiras provas do seu trabalho, completou o que faltava com um gesto de magnânima criatividade, abençoando-os com os dotes mágicos do ...Glá..."*

JORNAL DE PSICOLOGIA. 1990. VCL. 9. Nº 2

Jornal de

**PSICOLOGIA**

VOLUME

**9**

DIRECTOR: RUI ABRUNHOSA GONÇALVES • PUBL. BIMEST. • ANO 9 • Nº 2 • PREÇO 250\$00 • MAR - ABR 1990

**O TESTE DA ESCOLHA DE ÁRVORES**

Francisco de Castro Carneiro

PÁGINA 3

**CONSULTA PSICOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO**

António M. Fonseca

PÁGINA 8

**ESTUDO NORMATIVO DO TESTE DE RORSCHACH NA POPULAÇÃO PORTUGUESA: A REGIÃO DO GRANDE PORTO**

António Abel Pires e Maria Isolina Pinto Borges

PÁGINA 12

**ILUSÃO OU PSICOTERAPIA**

Óscar F. Gonçalves

PÁGINA 17

**ENTREVISTA COM MICHAEL J. MAHONEY**

PÁGINA 21

A CONVENÇÃO

"Espera por mim além.  
Eu não deixarei de ir ter contigo nesse côncavo vale"  
Oração fúnebre de um conto de E. A. Poe.

Era uma convenção de psicólogos. Era suposto discutirem-se temas e aspectos relevantes para a dignificação da profissão e do profissionalismo dos psicólogos. O fim era a constituição de textos/documentos a apresentar superiormente e que dessem conta das precaridades e ambiguidades com que se defronta a classe ao nível do exercício da sua profissão. Pelo meio estava a aprovação de um relatório de contas da direcção anterior e algumas propostas de alteração aos estatutos vigentes, a terem lugar numa Assembleia Geral de entrada livre.

Diz-se, e parece que é mesmo verdade, que a Associação dos Psicólogos Portugueses (APPOR) é a maior associação de profissionais de Psicologia deste país congregando mais de um milhão. Não os vi lá. Havia pouco mais de uma centena e alguns só se apresentavam aquele olhar dileitante de quem vai a estas lides honrar compromissos ou rever conhecidos(as).

As assimetrias habituais eram visíveis, entre os que estão sempre presentes quer seja em Braga, Coimbra, Évora, Faro ou Lisboa e os outros que parece que só gostam de ir ou só vão quando é na terra deles.

Era um congresso sem estrangeiros convidados e com objectivos bem precisos. Era barato, com um programa social interessante, o local era central e a data bem escolhida. Mesmo assim os psicólogos preferiram não ir. É mais cómodo e se calhar mais prático que sejam sempre alguns — os mesmos — a tratar dos seus problemas, a reivindicar um estatuto mais digno para a classe, a pugnar pela sua valorização social e profissional. Para quê incomodarmo-nos se outros há que dessas inquietações farão sempre cavalo de batalha.

Sempre?

Até quando serão sempre os mesmos a encabeçar os órgãos dirigentes das associações e a implementar e a incentivar projectos de formação ou manifestos/documentos de valorização e reconhecimento institucional da classe? Dir-me-ão que eles fazem isso porque gostam e, além do mais, porque auferem prestígio e não raro remunerações. Também há alguma verdade nisso, mas nada é o que parece e tudo tem um reverso. Por isso as pessoas cansam-se, pensam em desistir e às vezes fazem-no.

Não os censuro.

Se os psicólogos não se convencerem, que têm que ser eles próprios a tomar conta do seu destino e a imporem à opinião pública uma imagem séria, empenhada e socialmente responsável, outros o farão, com o risco evidente de que a imagem sairá distorcida. Por isso, nunca é demais repeti-lo, urge consciencializarmo-nos de que é fundamental acreditarmos em nós próprios e na responsabilidade social que detemos como agentes educativos e facilitadores do desenvolvimento humano.

Final, tudo reside nesta límpida interrogação: como queremos ajudar os outros a crescer se continuarmos pequeninos por dentro? Espero, pois, que o nosso destino não seja o côncavo vale.

Rui Abrunhosa Gonçalves

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87  
DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves  
DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.  
REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Edgar Pereira, João Guedes Barbosa, Jorge Negreiros, José F. Cruz, Manuel Gada, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Barbas Albuquerque, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.  
COLABORADORES: Leandro Almeida (Porto); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa); Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonboir (Louvain - Bélgica); Bárto Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest - Hungria); Brigitte Cardoso e Cunha (Porto); Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland - Canadá); Georges Meuris (Louvain - Bélgica); Gerardo Marin (San Francisco - EUA); Gunnar Kylén (Estocolmo - Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo - Suécia); Harlan Hansen (Minnesota - EUA); Isolina Borges e J. Bairrão Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsínquia - Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C. - EUA); Lois Thies Sprinthal (North Carolina - EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey - EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris - França); Maurice Reuchlin (Paris - França); Norman Sprinthal (North Carolina - EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Islande - EUA);

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Governo Civil do Porto; Câmara Municipal do Porto.

ASSINATURA ANUAL: Portugal - PESSOAL: 1000\$00; Instituições: 2500\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil e África) - U.S. \$12; U.S. - \$16; Europa - U.S. \$15; U.S. \$20; Outros Países - U.S. \$20 - U.S. \$25; Preço avulso: 250\$00; Números atrasados: 250\$00.

A assinatura do Jornal de Psicologia é feita por 5 números/ano, a partir do nº 1 de cada ano, inclusivé.

PERIODICIDADE: Bimestral (cinco números/ano). Não se publica nos meses de Julho/Agosto.

FOTOCOPIADO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

DISTRIBUIDORA: CDL - Av. Santos Dumont, 57-2º - 1000 Lisboa. Tel. 769744; Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908; Rua Rosa Falcão, 9 - 3000 Coimbra. Tel. 29455.

TIRAGEM: 3000 exemplares.

LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

	Brasil/África	Europe	All other
Individual	US \$12	US \$15	US \$20
Institutions	US \$16	US \$20	US \$25

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

O TESTE DA ESCOLHA DE ÁRVORES (\*)

FRANCISCO DE CASTRO CARNEIRO (\*\*)

UNIVERSIDADE DO PORTO

O presente trabalho trata de um novo teste projectivo - *O teste da escolha de árvores* - de Liliana Riccobono. São, em primeiro lugar, fornecidas indicações relativas ao aparecimento, aos fundamentos teóricos e à técnica de aplicação e de interpretação deste teste. Em seguida, o autor apresenta o estudo de um caso para ilustração dessa técnica projectiva.

INTRODUÇÃO

O objectivo deste trabalho é dar a conhecer um teste muito pouco divulgado e, conseqüentemente, pouco utilizado na prática psicológica, denominado T.S.A.

O teste da escolha de árvores (T.S.A.: test di scelta di alberi) de Liliana Riccobono (1958, 1964, 1982) é um teste projectivo que resultou indirectamente (De Castro Carneiro, 1986) de uma série de experiências tendentes a facilitar a validade do teste do desenho da árvore (Terrana & Riccobono, 1956; Riccobono, 1956) e que se inspira nas mesmas hipóteses de que partiu Karl Koch, ou seja, que a determinados sinais gráficos se atribui significados psicológicos específicos (Koch, 1949). Vários foram os estudos realizados para a sua validade e fidelidade (Di Fiore, Riccobono Terrana & Tomasello, 1969, 1970; Renda & Tomasello, 1970; Di Vita & Cinà, 1981; Lino, 1981; etc.)(1).

DESCRIÇÃO DO TESTE

No que diz respeito à modalidade de aplicação (Riccobono, 1958, 1964, 1982), ele pode ser incluído na categoria dos testes de personalidade que implicam fundamentalmente o método das preferências ou da escolha, como acontece com o teste das cores de Lüscher (1969) e com o diagnóstico experimental das pulsões de Léopold Szondi (1952). É claro que, se o método das preferências contém limitações pelo facto das variáveis da personalidade aí contempladas serem determinadas, ele oferece certas vantagens como sejam a notável objectividade, o rigor analítico e a facilidade de aplicação.

Assim, o teste da escolha de árvores (T.S.A.) propõe à escolha dos sujeitos um certo número de objectos (desenhos de árvores) apresentados simultaneamente e que deverão ser

ordenados ou dispostos hierarquicamente POR ORDEM DE SIMPATIA, pondo, segundo Riccobono (1958, 1964, 1982), particularmente em acção o mecanismo psicológico de projecção atributiva, na medida em que os sujeitos ao escolherem determinados desenhos de árvores atribuem-lhes características semelhantes às da sua própria personalidade, surgindo assim uma clara analogia entre a maneira de ser dos sujeitos e o tipo de árvore preferida.

Há, no entanto, diferenças importantes entre o T.S.A. e o teste do desenho da árvore de Koch. Pois se, neste último, se deixa ao sujeito uma inteira liberdade de expressão gráfica pela instrução *Desenhe uma árvore*, o T.S.A., ao contrário, condiciona uma escolha, em certo modo livre, mas limitada a um grupo de objectos (ou desenhos) apresentados. Além disso, se no teste do desenho da árvore de Koch existe uma expressão grafo-motora, o teste da escolha de árvores é de tipo perceptivo.

O T.S.A. consta de um cartão contendo desenhos de algumas árvores desenhadas de modo a fazer sobressair as características gráficas desses conteúdos de acordo com a teoria grafológica, o simbolismo espacial de Max Pulver sobre quem se apoiou Koch nos seus esquemas interpretativos e que podem, claramente, caracterizar alguns tipos fundamentais de personalidade, como seja, o tipo extravertido, o tipo introvertido, o tipo dominante, o tipo submisso e o tipo neurótico. Aparece aqui - como confessa Riccobono (1958, 1964, 1982) - a influência de Murray, Cattell, Eysenck, Allport, Bernreuter, etc.

MATERIAL DO TESTE

O material do teste é constituído por:

- a - Um Cartão com as dimensões de 38 cm x 30 cm contendo 5 desenhos de árvore colocados em forma de cruz (Riccobono, 1964, 1982), e em que:
  - a árvore E envia, pelos seus sinais gráficos, às características fundamentais do tipo Extravertido.
  - a árvore I envia, pelos seus sinais gráficos, às características fundamentais do tipo Introvertido.
  - a árvore D envia, pelos seus sinais gráficos, às características fundamentais do tipo Dominante.
  - a árvore S envia, pelos seus sinais gráficos, às características fundamentais do tipo Submisso.

(\*) Uma primeira versão deste artigo constituiu um Poster apresentado na 2ª Convenção dos Psicólogos Portugueses - Conferência Internacional sobre A Psicologia e os Psicólogos hoje (23 - 26 Nov., 89). Lisboa, Reitoria da Universidade de Lisboa.

(\*\*) Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.  
Correspondência: Francisco de Castro Carneiro, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto.

- a árvore N envia, pelos seus sinais gráficos, às características fundamentais do tipo Neurótico.

b - Uma Folha ou módulo para o registo e a avaliação das respostas. Esta folha, além de conter informações relativas à identificação do sujeito, divide-se em 3 partes, servindo a primeira para obter o diagnóstico sintético do tipo e o bipolar, a segunda para estabelecer o diagnóstico analítico composto por 16 traços, e a terceira para indicar o perfil de personalidade e o diagnóstico final (Riccobono, 1964, 1982), conforme se pode ver no protocolo/exemplo em anexo.

#### APLICAÇÃO

O teste é, em geral, aplicado individualmente.

A instrução que é enunciada antes de se apresentar o cartão ao sujeito é a seguinte: "Vai ser-lhe mostrado um cartão com 5 desenhos de árvore. Você deverá rápida e espontaneamente ordenar essas árvores por ordem decrescente de simpatia; assim deverá dizer qual é a árvore que lhe parece mais simpática e depois, uma a uma, as que se lhe seguem. Deverá, portanto, prescindir o mais que puder da impressão estética e orientar-se não pela beleza, mas sim pela simpatia".

Passa-se então à exposição do Cartão, devendo, anotar-se as respostas dadas, sublinhando a letra referente à árvore preferida nas 5 escolhas efectuadas.

E uma vez terminada a administração, procede-se a um pequeno Inquérito tendente a esclarecer os sentimentos e os estados de consciência do sujeito (Riccobono, 1964, 1982).

#### AVALIAÇÃO

Este teste pretende formular um diagnóstico presumível da personalidade considerada quer qualitativa quer quantitativa. E, se o diagnóstico qualitativo assenta na presunção da analogia entre as características das árvores escolhidas e os traços da personalidade de quem as escolhe, o diagnóstico quantitativo tenta determinar o grau ou peso dos traços presentes. Assim, e em termos práticos, num primeiro tempo formula-se o diagnóstico sintético do tipo, e só depois é que se calcula o diagnóstico analítico dos traços (Riccobono, 1964, 1982).

Para a obtenção do diagnóstico sintético do tipo atribui-se a pontuação bruta de 5 pontos à árvore escolhida em primeiro lugar; 4 pontos à árvore escolhida em segundo lugar; 3 pontos à árvore escolhida em terceiro lugar; e assim por diante. Assim, no caso presente, a N atribui-se 5 pontos, a S 4 pontos, a E 3 pontos, a D 2 pontos e a I 1 ponto. Depois, procede-se à conversão desta pontuação bruta em pontuação ponderada, pelo recurso a tabelas adequadas (Riccobono, 1982), sendo o sujeito considerado Extravertido, Introverso, Dominante, Submisso ou Neurótico, de acordo com o modelo de árvore que tenha reunido valores mais elevados.

Relativamente ao diagnóstico sintético quantitativo do grau de Extraversão-Introversão e de Domínio-Submissão, ele resulta da soma algébrica dos pontos obtidos aos modelos de árvores que constituem os dois conjuntos bipolares. Note-se, no entanto, que a pontuação anteriormente referida (5,4,3,2,1)

é atribuída segundo a escolha efectuada, assume aqui convencionalmente sinal positivo para os modelos de árvores de Extraversão e de Domínio, e sinal negativo para as árvores de Introversão e de Submissão. No caso que apresentamos, a E dá-se +3 pontos e a I -1 ponto; a D +2 pontos e a S +4 pontos. Acha-se em seguida a soma algébrica da pontuação atribuída aos dois conjuntos de árvores, (neste caso,  $+3 - 1 = +2$ ; e  $+2 - 4 = -2$ ) e procede-se à conversão desta pontuação bruta em pontuação ponderada, de acordo com as tabelas (Riccobono, 1982).

O diagnóstico analítico pretende determinar a individualização dos 16 traços de personalidade (Sociabilidade, Insociabilidade, Superioridade, Inferioridade, Dependência, Insegurança, Agressividade, Inviolabilidade, Rigidez-Estabilidade, Instabilidade-Maleabilidade, Actividade, Passividade, Impulsividade, Emotividade, Imaturidade-Emocionalidade, Narcisismo) para cuja obtenção se utiliza a Parte II do módulo de avaliação procedendo da seguinte maneira: vai-se às colunas das escolhas (E, I, D, S, N) e sublinha-se todos os valores brutos da coluna correspondente à ordem de cada uma das 5 escolhas efectuadas (I, II, III, IV, V). Depois, acha-se o total dos valores escolhidos registados em cada fila ou linha horizontal e para cada um dos 16 traços, que deverá escrever-se onde diz Total. No caso aqui presente trata-se, por exemplo, para a Sociabilidade dos valores 24 (escolha E), 0 (escolha I), 2 (escolha D), 0 (escolha S) e 10 (escolha N), o que totaliza 36. Esta pontuação bruta será depois convertida em pontuação ponderada (pelo recurso a tabelas especiais) (Riccobono, 1982), sendo atribuídos ao sujeito os traços cujos valores ponderados excedem a linha dos 70.

Todos os valores obtidos serão repercutidos na última página do módulo de avaliação (Perfil) que integra tanto as variáveis simples e as variáveis bipolares, como os 16 traços da personalidade atrás referidos, permitindo deste modo o estabelecimento do respectivo Perfil Psicológico do Diagnóstico, conforme protocolo de ilustração anexo (Cf., Riccobono, 1982, pp. 209-212).

#### NOTAS

(1) O autor tem em curso vários trabalhos tendentes à adaptação deste teste à população portuguesa.

#### REFERÊNCIAS

- De Castro Carneiro, F. (1986). *Le test de l'arbre: une approche dynamique*. Thèse de Doctorat d'Etat, Paris 7.
- Di Fiore, E., Riccobono, L. & Tomasello, S. (1970). Ulteriore contributo alla validazione del test dell'albero col metodo della scelta. *Il Pisani*, 94, 51-62.
- Di Fiore, E., Riccobono Terrana, L. & Tomasello, S. (1969). Studio di validazione del test dell'albero a scelta. *Annali di Psicologia*, nº 3, 189-192.
- Di Vita, A. M. & Cinà, G. (1981). Indagine sull'attendibilità dell test dell'albero a scelta di L. Riccobono su soggetti in età evolutiva. *Il Pisani*, 105, 43-54.
- Koch, K. (1949). *Der Baum-test. Der Baumzeichen-versuch als psychodiagnostisches hilfsmittel*. Berne: Hans Huber.

### T. S. A (Teste de Escolha de Árvores)

#### Placa I - Placa II

Liliana Riccobono

#### Módulo para Registo e Avaliação das Respostas

Nome ..... S. .... Pronome ..... G. ....  
Sexo ..... M. .... Data de nascimento ..... Idade ..... 20 .....  
Lugar de nascimento .....  
Nível escolar ..... Último ano escolar frequentado .....  
Profissão .....  
Lugar e data do exame .....

#### R E G I S T O

Ordem de escolha	Árvores	
I	E I D S N	O psicólogo assinalará com um traço a letra correspondente à árvore escolhida em cada uma das posições indicadas pelo sujeito.
II	E I D S N	
III	E I D S N	
IV	E I D S N	
V	E I D S N	
Inquérito		O psicólogo procurará conhecer as razões que levaram o sujeito a preferir e, eventualmente, a recusar aquelas determinadas escolhas.

#### AVALIAÇÃO

#### Parte I - DIAGNÓSTICO SINTÉTICO (Primeira tentativa de diagnóstico do "Tipo")

A - Árvores	Nota bruta	Pontuação em percentis	Diagnóstico
E	3	29	Submissão Neuroticismo
I	1	20	
D	2	41	
S	4	90	
N	5	100	
B - Traços bipolares	Nota bruta	Pontuação em percentis	Diagnóstico
E - I	+ 3 - 1 = + 2	70	Extraversão
D - S	+ 2 - 4 = - 2	17	Submissão

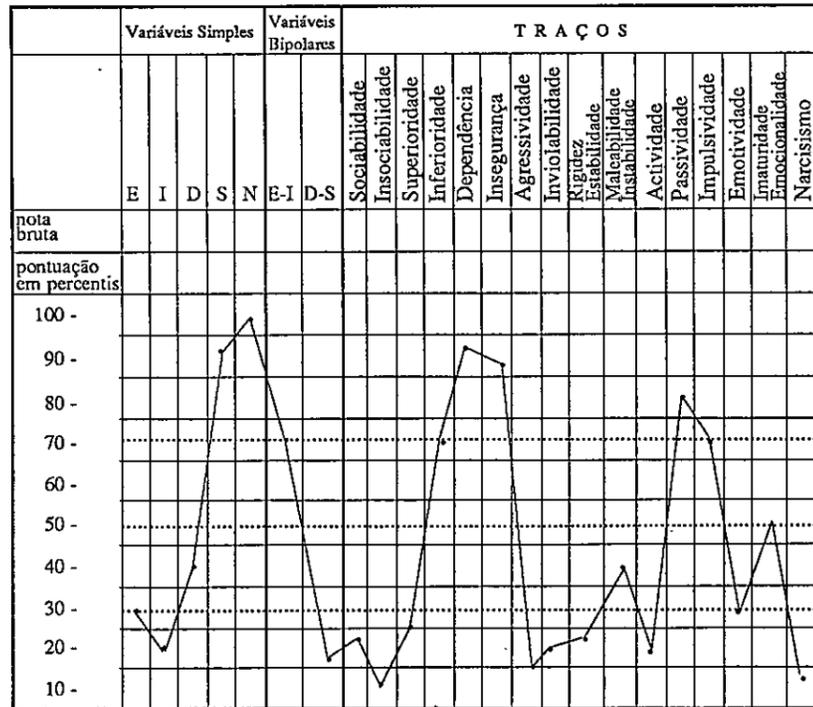
**AVALIAÇÃO**

**Parte II - DIAGNÓSTICO ANALÍTICO ("Traços" da personalidade)**

TRAÇOS	E					I					D					S					N					Regulador bruto	Nota ponderada					
	ESCOLHAS					ESCOLHAS					ESCOLHAS					ESCOLHAS					ESCOLHAS											
	*P	I	II	III	IV	V	*P	I	II	III	IV	V	*P	I	II	III	IV	V	*P	I	II	III	IV	V	*P			I	II	III	IV	V
1) Sociabilidade	8	40	32	24	16	8							1	5	4	3	2	1							2	10	8	6	4	2	36	22
2) Insociabilidade	5	25	20	15	10	5	6	30	24	18	12	6	1	5	4	3	2	1	1	5	4	3	2	1							27	9
3) Superioridade	3	15	12	9	6	3	1	5	4	3	2	1	2	10	8	6	4	2													14	25
4) Inferioridade							4	20	16	12	8	4							2	10	8	6	4	2	2	10	8	6	4	2	22	68
5) Dependência																			4	20	16	12	8	4							16	92
6) Insegurança	1	5	4	3	2	1	2	10	8	6	4	2							4	20	16	12	8	4	1	5	4	3	2	1	26	87
7) Agressividade	2	10	8	6	4	2							2	10	8	6	4	2													10	15
8) Inviolabilidade							3	15	12	9	6	3																			3	21
9) Rigidez - Estabilidade							4	20	16	12	8	4													1	5	4	3	2	1	9	21
10) Maleabilidade - Instabilidade	3	15	12	9	6	3							1	5	4	3	2	1	1	5	4	3	2	1	1	5	4	3	2	1	20	36
11) Actividade	3	15	12	9	6	3							2	10	8	6	4	2							1	5	4	3	2	1	18	17
12) Passividade	1	5	4	3	2	1	1	5	4	3	2	1							3	15	12	9	6	3							16	84
13) Impulsividade													2	10	8	6	4	2							2	10	8	6	4	2	14	69
14) Emotividade	4	20	16	12	8	4	3	15	12	9	6	3							4	20	16	12	8	4	2	10	8	6	4	2	35	27
15) Imaturidade - Emocionalidade	2	10	8	6	4	2	1	5	4	3	2	1	1	5	4	3	2	1	1	5	4	3	2	1	2	10	8	6	4	2	23	51
16) Narcisismo							2	10	8	6	4	2	1	5	4	3	2	1													4	13

\* P = número de sinais gráficos com que cada traço é representado no desenho.

**PERFIL**



Hipótese de diagnóstico final:

- I - Diagnóstico do TIPO: Neurótico - Submisso em grau elevado.
  - II - Diagnóstico analítico dos TRAÇOS de personalidade: Dependência (92), Insegurança (87), Passividade (84), Impulsividade (69).
- Sujeito com um grau bastante elevado de Neuroticismo. Caracteriza-se por uma grande necessidade de submeter-se às pessoas pelas quais sente admiração e estima e de quem pode receber protecção. Tende para um comportamento apático e, às vezes, impulsivo.

**INSTRUÇÕES AOS AUTORES**

Lino, S. (1981). *Il test dell'albero a scelta*. Roma: Rietti.

Lüscher, M. (1973). *Le test des couleurs de Lüscher*. Paris: Editions Aubanel.

Renda, S. & Tomasello, S. (1970). Studio fattoriale del test dell'albero col metodo della scelta. *Bolletino di Psicologia Applicata*, 100-102, 75-81.

Riccobono, L. (1956). Applicazione del test dell'albero col metodo della scelta. *Atti dell'XI Congresso degli Psicologi Italiani*, 475-476. Milano: Vita e Pensiero.

Riccobono, L. (1958). Il test dell'albero a scelta - Note I - La Tavola Introduttiva. *Rassegna di Psicologia Generale e Clinica*, 3, 151-188.

Riccobono, L. (1964). Guida per l'applicazione e la valutazione del test dell'albero col metodo della scelta. *Ente Nazionale Prevenzione Infortuni*, 8-9, 32-70.

Riccobono, L. (1982). *T. S. A. (Test di Scelta di Alberi). Il simbolismo dell'albero nell'esame della personalità con una tecnica proiettiva*. Firenze: Organizzazioni Speciali.

Szondi, L. (1952). *Diagnostic experimental des pulsions*. Traduit de l'allemand et adapté par Ruth Bejarano-Pruschy. Paris: P. U. F.

Terrana, V. & Riccobono, L. (1956). Caratteri fondamentali dell'albero (test di Koch) nell'età evolutiva. *Atti dell'XI Congresso degli Psicologi Italiani*, 507-508. Milano, 7-11 Aprile, Ed. Vita e Pensiero.

Terrana, V. & Riccobono, L. (1958). Il Baum-test di Koch nell'età evolutiva. *Estratto dalla Rassegna di Psicologia Generale e Clinica*, 3, (3), 1-22.

1. Devem ser enviadas três cópias (incluindo o original) do manuscrito, para o Director, *Jornal de Psicologia*, Rua das Taipas, 76 — 4000 PORTO.
2. Os manuscritos não devem, ordinariamente, ultrapassar as 12-15 páginas, dactilografadas a 2 espaços. Todas as páginas devem ser numeradas sequencialmente. Deve incluir-se um resumo em português, o título do artigo em inglês e em francês, um resumo em inglês (abstract) e em francês (résumé); os resumos devem ter aproximadamente 150 palavras. Quadros, figuras, resumo, abstract, résumé e referências bibliográficas devem ser dactilografadas em páginas separadas.

3. Da primeira página do manuscrito, devem constar as seguintes informações: a) Título do artigo; b) nome(s) e afiliação(s) institucional(ais) do(s) autor(es); c) morada actual do(s) autor(es).

4. a) Os quadros devem ser numerados sequencialmente e devem ter título. Cada quadro deve constar de folhas separadas, e a sua localização aproximada deve ser indicada por uma linha do texto transcrita em separado (por exemplo: "O Quadro 1 entra aproximadamente depois da seguinte linha...").

b) Gráficos e outras figuras, também transcritos em folhas à parte, devem ser numeradas sequencialmente (ex.: fig. 1, fig. 2, etc.), e a sua localização deve ser indicada de forma idêntica à dos quadros. As figuras devem ser desenhadas a tinta da China e cuidadosamente legendadas.

c) Nos casos em que se justifique, o *Jornal de Psicologia* poderá solicitar ao(s) autor(es) uma participação nos custos de reprodução de gravuras.

5. As notas de roda-pé, dactilografadas em separado, devem ser reduzidas ao mínimo, e numeradas sequencialmente, sendo publicadas no final do texto.

6. As referências devem ser citadas ao longo do texto (e não em roda-pé), constando do nome do autor(es) seguido do ano da publicação entre parêntesis. Por exemplo: "como Prager (1964) fez notar..." ou "Krohne e Laux (1981) concluíram que...".

A lista de referências bibliográficas deve ser organizada alfabeticamente, tendo o cuidado de sublinhar, respectivamente: a) Título da revista onde foi publicado o artigo; b) Título do livro; c) Título do livro onde foi publicado o artigo; d) Título da comunicação. Exemplos:

- a) Artigos de revista  
Abrami, P., Leventhall, L., e Perry, R. (1982) *Educational Seduction Review of Education Research*, 52, 446-464.
- b) Livros  
Garber, J., e Seligman, M. (1980) *Human Helplessness*. New York: Academic Press.
- c) Artigos em livros  
Dunklin, M. (1985). Research on teaching in higher education. In M. C. Wittrock (Ed.) *Handbook of research on teaching* (3rd ed.). New York: MacMillan.
- d) Comunicações  
Margh, H., e Overall, J. (1979). *Validity of students evaluations of teaching*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da American Educational Research Association, San Francisco.

Em caso de dúvida, os autores deverão consultar o *APA Publishing Manual*, 3rd edition (1983).

7. São gratuitamente fornecidas ao(s) autor(es) duas cópias do número do jornal em que saiu o respectivo artigo e dez separatas do mesmo. Outras reimpressões dos artigos são fornecidas ao preço de custo mais encargos postais, se forem requisitadas quando o manuscrito é publicado.

8. Qualquer manuscrito que não obedeça às instruções acima referidas, é passível de ser devolvido para a necessária revisão antes de ser publicado.

9. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

10. Após a sua publicação no J.P. os artigos ficam a ser propriedade deste.

**RÉSUMÉ**

**LE TEST DU CHOIX DE L'ARBRE**

Le présent travail traite d'un nouveau test projectif - *Le test du choix de l'arbre* - de Liliana Riccobono.

Il y est, tout d'abord, fourni des indications relativement à la parution, aux fondements théoriques et à la technique d'application et d'interprétation du test. Ensuite l'auteur présente un protocole afin d'illustrer la technique projective exposée.

**ABSTRACT**

**TEST OF THE TREE PREFERENCE**

This study deals with a new projective test - The Liliana Riccobono's test of tree preference.

Initially information is given about its source, theoretic justification, as well as the technique of application and interpretation of results.

Finally, a case study is provided to illustrate this projective technique.

## CONSULTA PSICOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

ANTÓNIO M. FONSECA (\*)

Apresentam-se as principais linhas teóricas, bem como objectivos, alvos e métodos representativos de uma perspectiva de intervenção psicológica centrada nas transacções que ocorrem entre os indivíduos e os vários meios de vida em que o seu desenvolvimento tem lugar. É realçado o alargamento do papel do psicólogo para lá da intervenção directa junto do sistema individual, através da análise de diversas expressões da consulta psicológica no âmbito de sistemas mais vastos, nomeadamente em interacção com pessoas significativas dos contextos de desenvolvimento. É realçado ainda o papel activo do indivíduo enquanto actor do seu próprio trajecto desenvolvimental e participante nos processos de transformação da realidade.

### CONCEPTUALIZAÇÃO

A consulta psicológica, entendida como um processo de relacionamento interpessoal que pressupõe competências da parte do psicólogo para desempenhar eficazmente o seu papel - competências essas que envolvem cognições, comportamentos, emoções e atitudes -, encontra nas várias dimensões da psicologia do desenvolvimento (interpessoal, vocacional, da identidade) os conteúdos que estruturam o seu objecto de análise e intervenção.

Nesta medida, os principais objectivos da consulta psicológica assim concebida passam:

a) pelo estudo do processo de desenvolvimento nos vários sistemas em que as pessoas estão inseridas (família, escola, grupo de pares), analisando em cada sistema o desempenho dos papéis que lhe é inerente (aluno, filho, cidadão),

b) pela promoção do desenvolvimento humano no âmbito das circunstâncias sociais, psicológicas e físicas em que ocorre, considerando esse desenvolvimento como uma variável dependente de interacções ocorridas nos vários contextos em que as pessoas vivem (Campos, 1985; Blocher, 1987; Gonçalves, 1986; Joyce-Moniz, 1986).

Tomando como entidades intimamente associadas o acto humano de existir e os múltiplos contextos em que essa existência se concretiza em tarefas do domínio relacional, esta concepção da consulta psicológica interessa-se, assim, por compreender o processo histórico-social de construção dos indivíduos, para nele intervir numa perspectiva psicológica. Daí que a expressão *consulta psicológica para o desenvolvimento humano* tenha presente:

a) por um lado, uma preocupação *ecológica*, isto é, atenta às relações que ocorrem entre as pessoas e aos contextos

de aprendizagem e acção nos quais interagem com outras pessoas, com o meio físico, com a cultura (Conyne, 1988),

b) por outro lado, uma preocupação *construtivista*, isto é, tomando o comportamento humano como um processo activo de construção do meio em que a pessoa está inserida e que simultaneamente, pelo seu próprio desenvolvimento, modifica (Blocher, 1987).

Assim configurado o comportamento humano, Blocher (1987) assinala um conjunto de instrumentos conceptuais, de natureza marcadamente "psicossocial", que podem ajudar a compreender o modo como o indivíduo se situa na presença de outros e em interacção com eles, referindo designadamente os conceitos de *papel social*, *processos de confronto* ("coping") e *tarefa desenvolvimental*.

Analisando um pouco mais em detalhe o conceito de *tarefa desenvolvimental*, com origem em Havighurst e retomado por vários autores (Nelson-Jones, 1984, Silbereisen & Eyferth, 1986, Blocher, 1987), constata-se que a forma como as culturas ou sociedades se organizam faz recair sobre o sujeito em desenvolvimento um conjunto de tarefas específicas com que ele terá de lidar em determinados períodos da sua vida. Assim, em cada etapa do seu desenvolvimento, o indivíduo defronta-se com situações novas face às quais deverá encontrar as respostas mais adequadas, por forma a satisfazer as exigências inerentes às tarefas que essas situações comportam. Essas exigências são colocadas habitualmente pela sociedade, pelas pessoas no meio das quais existe e com quem se relaciona e pelos desejos e necessidades específicos ao seu próprio desenvolvimento.

Ao considerar que o indivíduo se desenvolve por movimentos sucessivos de mudança, que implicam novos comportamentos, novas relações e novas imagens de si próprio - o que conduz ao crescimento psicológico -, o desenvolvimento humano pode ser tematizado como um processo em permanente actualização ao longo do ciclo vital e, por isso mesmo, sujeito a momentos de transição. Fala-se em *transição* sempre que ocorre uma descontinuidade no ciclo de vida do sujeito, descontinuidade de que ele está consciente e que requer a aprendizagem de novos papéis e de novas competências, o exercício de novos comportamentos e o reajustamento de outros e, eventualmente, o abandono de comportamentos e

atitudes não ajustados à nova situação. Experiências sucessivas de mudança e de interacção em diferentes redes sociais levantam necessariamente questões de adaptação psicossocial com que o indivíduo tem de se debater, desenvolvendo respostas que lhe permitam enfrentar com sucesso, quer os pedidos que a sociedade lhe faz, quer os pedidos que ele faz relativamente a si próprio.

Nesta perspectiva, a mudança é assumida como um processo contínuo, que existe em todo o tempo e ocorre em vários domínios do desenvolvimento humano - sociológico, biológico, psicológico -, pelo que adquire uma perspectiva multidimensional. A mudança é igualmente sequencial e deve ser compreendida, quer à luz de um processo - cada momento vai criar necessidades para o momento seguinte -, quer referenciada a um dado contexto socio-histórico - perante as suas experiências, cada indivíduo opera o seu próprio desenvolvimento.

Se as transições forem tomadas como momentos em que o indivíduo experimenta descontinuidade na sua vida, a discrepância entre as competências disponíveis pelo indivíduo e as exigências do meio pode ter uma função desequilibrante. Esta circunstância, se por um lado pode motivar o aparecimento de um "estado de crise", deve também ser vista como condição para a emergência de uma organização da personalidade mais complexa, mais rica, logo desempenhando uma função potencialmente evolutiva. Assim, uma correcta articulação entre as tarefas a adquirir e a nova rede de competências a desenvolver num dado período de transição, que tenha em conta o contexto em que a adaptação se processa, é, pois, condição para que o sistema psicológico do indivíduo possa atingir um novo equilíbrio, a um nível de maturação superior relativamente ao nível prévio.

### PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

Tomando o desenvolvimento humano como um acontecimento tributário das condições histórico-sociais em que ocorre, nele intervir supõe privilegiar a aquisição de autonomia pelos sujeitos, ou seja,

da capacidade de elaborar e dirigirem a implementação de projectos pessoais nos vários sectores da existência, em confronto crítico com os projectos sociais em cuja definição e implementação sejam capazes de intervir, através dos projectos pessoais aí integrados (Campos, 1985, p.6).

A consulta psicológica passa, assim, a dirigir a sua atenção para os projectos de existência de cada indivíduo e para a construção da identidade tomada em sentido amplo, alargando substancialmente o objectivo e domínio da intervenção psicológica:

a) a consulta psicológica para o desenvolvimento privilegia no seu paradigma objectivos desenvolvimentais, os quais se podem concretizar em diferentes momentos de acordo com necessidades específicas dos indivíduos, sejam elas de natureza preventiva, remediativa ou de promoção do desenvolvimento, esta última equipando e valorizando os indivíduos para que adquiram capacidades cada vez mais complexas de expressão e criação, nos vários domínios da existência;

b) se o desenvolvimento tem a ver com as pessoas, igualmente importantes são as realidades que estão para além do factor individual, como a família, a escola ou o grupo de amigos, pelo que esta concepção da consulta psicológica alarga a intervenção junto de pessoas significativas dos meios em que os indivíduos vivem; a consulta psicológica é, então, não só para os indivíduos e grupos, mas dirige-se também aos sistemas de relações e às organizações, podendo a intervenção nestas instâncias supra-individuais justificar-se como meio indirecto de agir sobre os indivíduos. A

consulta psicológica para a elaboração e implementação não só de projectos individuais mas também de projectos de grupos ou de organizações (Campos, 1985, p.6),

alarga a intervenção para o âmbito dos contextos em que o indivíduo se movimenta. Este alargamento de alvos tem implicado um consequente alargamento de objectivos ("o que se faz") e de estratégias ("o que se faz") de intervenção, sendo possível deduzir uma série bastante grande de programas de consulta psicológica.

Assim, na linha do que tem sido referido ao longo deste texto, entende-se por *programa* uma organização de estratégias com vista a realizar um objectivo ou um conjunto de objectivos, junto de um indivíduo ou grupo de indivíduos. De acordo com Morrill, Oetting & Hurst (1974), em modelo recentemente retomado e alargado por Conyne (1988), pode considerar-se a seguinte tipologia de programas de consulta psicológica:

a) orientados para a promoção do desenvolvimento dos indivíduos:

a.1) intervenção face-a-face, individualmente ou em grupo,

a.2) intervenção junto de pessoas significativas no meio das quais a pessoa vive;

b) orientados para a promoção do desenvolvimento de grupos, organizações ou redes:

b.1) nos grupos primários, face-a-face,

b.2) nas organizações e redes.

Este modelo realça o papel desempenhado pelas transacções que indivíduo e meio estabelecem entre si influenciando-se mutuamente, tendo assumido ao longo dos anos a função de quadro de referência para a definição de variados domínios de intervenção psicológica (Conyne, 1988).

### A CONSULTA PSICOLÓGICA COMO ACTIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O devir histórico de cada um efectua-se no confronto com várias tarefas, a que correspondem momentos de transição, nos quais o indivíduo tem de lidar com situações problemáticas em que as soluções anteriores já não servem mas face às quais também ainda não possui soluções novas.

Ao considerar-se que algumas destas soluções podem ser mais ricas do que outras, permitindo uma maior actualização das potencialidades dos sujeitos, uma concepção de consulta psicológica que tematize o seu domínio no desenvolvimento humano, no existir, compreende uma acção orientada para a mudança das situações com que os sujeitos se defrontam. Assim se procura, justamente, modificar tomadas

(\*) Bolseiro do INIC (Bolsa de Investigação para Jovens Licenciados) no Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional (F.P.C.E. - U.P.).

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para António M. Fonseca (a/c Jornal de Psicologia), Rua das Taipas, 76, 4000 Porto.

de posição sobre os próprios, sobre os outros e sobre o mundo, influenciando a forma como o indivíduo responde construtivamente ao meio físico e social.

Sendo este resultado desejável, ele não é automático nem ocorre de forma espontânea; faz sentido, então, falar-se em activação do desenvolvimento pessoal. Pressupondo que o processo de desenvolvimento é educável, esta característica confere particular significado à intervenção psicológica e, nesta medida, a promoção do desenvolvimento através da consulta psicológica adquire a qualidade de intervenção educativa (Nelson-Jones, 1984). Propiciar, facilitar, influenciar, educar a emergência de comportamentos mais autónomos, responsáveis e flexíveis, para melhor - criativamente - resolver as diferentes tarefas inerentes ao decurso do desenvolvimento, esta uma conceptualização possível da *educação psicológica*, a qual preconiza objectivos cujo alcance é indissociável de uma acção intencional. A intencionalidade surge, assim, como uma competência de carácter geral de antecipação de experiências alternativas, por forma a que se escolha entre elas a(s) que melhor se adequa(m) à prossecução dos fins que se pretende alcançar.

Promover a intencionalidade do trajecto desenvolvimental dos indivíduos é dotá-los da capacidade de reflectirem uma dada situação a que corresponda uma tarefa de desenvolvimento, levantando diversas perspectivas acerca dessa situação e explorando diferentes possibilidades para a resolução dos problemas nela implicados. O indivíduo que age intencionalmente não está cingido a um curso de acção, mas o processo de pensamento que desenvolve torna-o apto a agir "em cima do momento", respondendo à constante mudança de situações de acordo com o sistema psicológico que lhe é específico. Imprimindo intencionalidade ao seu comportamento, a pessoa torna-se criadora da sua própria vida através das escolhas diárias que realiza, no compromisso entre as alternativas disponíveis no meio e os recursos próprios mobilizáveis para resolver o problema. Sendo desejável que os indivíduos assumam as suas responsabilidades na concretização dos seus valores e do seu potencial de desenvolvimento, esta ênfase na responsabilidade e na autonomia do sujeito procura, em última instância, que o indivíduo consiga tomar nas suas mãos a direcção do seu próprio desenvolvimento (Ivey & Alschuler, 1973, Nelson-Jones, 1984).

De realçar, ainda, que não se pretende favorecer a criação de um "ninho" onde o indivíduo encontre reunidas as condições potencialmente favoráveis à expressão do seu desenvolvimento; este não pode dissociar-se das acções concretas que o indivíduo empreende quando confrontado consigo próprio e com as características dos meios que atravessa, acções por meio das quais participa da criação do ambiente onde vive.

#### A CONSULTA PSICOLÓGICA COMO TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

A formulação do desenvolvimento humano como um processo histórico-social durante o qual os indivíduos (mas também os grupos, as redes comunitárias e as instituições)

adoptam atitudes, adquirem competências e exibem comportamentos através dos quais vão construindo a sua

identidade e o sentido para a sua existência (Imaginário & Campos, 1987, p.108),

é sobretudo um ponto de partida, um estímulo para a elaboração de programas de intervenção que possam ter um impacto significativo em diversos níveis de funcionamento da sociedade.

A actividade de outros profissionais do desenvolvimento humano (para além do psicólogo), pessoas significativas inseridas nos contextos de existência dos indivíduos, influencia directa (pela relação criada) ou indirectamente (pelo ambiente criado) o desenvolvimento psicológico dos indivíduos que vivem nesses contextos. A formação psicológica de profissionais do desenvolvimento, área emergente da consulta psicológica assim conceptualizada, deve ser entendida como uma modalidade de intervenção indirecta que assume destacada importância. Vários autores têm, aliás, referido o facto de a qualidade de exercício do papel profissional estar dependente do nível de desenvolvimento psicológico atingido e não tanto da quantidade de conhecimentos adquiridos sobre determinados assuntos (Sprinthall & Sprinthall, 1983).

A este nível, o conceito de *formação* pode articular-se com o conceito de *consultadoria* (modalidade de intervenção centrada na resolução de problemas específicos que surgem no âmbito do funcionamento das instituições), considerando que a melhor situação de formação será aquela que tem justamente como ponto de partida os problemas com que o profissional se debate na sua prática. Por meio desta estratégia de formação, é acentuada a importância, quer da acção sobre o processo educativo em situação natural ("role-taking"), quer de uma reflexão que inclua a devolução da observação da acção, bem como a partilha, a avaliação e a integração da experiência (Campos, 1986), acção e reflexão conjugadas num esforço de transformação da realidade concreta pelos próprios. Nesta medida, a formação resultante deverá ser avaliada, não pelas mudanças "internas" ocorridas no indivíduo, mas pelas modificações efectivas observadas na sua prática.

Por outro lado, ainda no âmbito desta preocupação de transformação da realidade (é aí que a formação sob a forma de consultadoria assume relevo), cada vez mais se constata que a acção do psicólogo ocorre muitas vezes em conjugação com a acção de outros profissionais em projectos mais vastos, nos quais a vertente da transformação psicológica é apenas uma das dimensões (entendida aqui a realidade psicológica como uma dimensão da realidade global da existência humana).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que uma determinada concepção de desenvolvimento permita conceber uma intervenção sistemática e intencional. A questão de "intervir no desenvolvimento" remete para a necessidade de se considerarem objectivos de intervenção, de se escolherem as formas e os métodos de intervenção adequados e de se proceder à avaliação do programa de intervenção implementado. Implica, ainda, que o planeamento de qualquer estratégia de intervenção tenha em conta uma avaliação das necessidades da população-alvo e dos recursos existentes para lhes dar resposta (ao nível dos próprios intervenientes e das condições ambientais e institucionais).

De particular interesse para a consulta psicológica tomada como educação psicológica é considerar a intencionalidade como uma característica inerente à própria intervenção. Uma intervenção intencional terá como pressuposto que, mais do que uma resposta, é possível e desejável encarar rotas alternativas para fazer face a obstáculos que derivem do próprio acto de intervir. A ênfase na flexibilidade, assumida já na própria forma como a intervenção é encarada e planificada, permitirá experimentar que há espaço para que diferentes pontos de vista se expressem.

Nesta medida, a educação psicológica deverá motivar os indivíduos a realizar escolhas particulares, a que correspondam os seus próprios objectivos, desenvolvendo ao mesmo tempo competências, atitudes e processos cada vez mais eficazes para que esses objectivos sejam alcançados.

#### REFERÊNCIAS

- Blocher, D. (1987). *The professional counselor*. N.Y.: MacMillan Publ.
- Campos, B. (1985). Consulta psicológica e projectos de desenvolvimento humano. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 1, 5-9.
- Campos, B. (1986). Formação participante de profissionais do desenvolvimento humano. *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, 1, 7-16.
- Conyne, R. (1988). The counseling ecologist: helping people and environments. In R. Hayes & R. Aubrey (Eds). *New directions for counseling and human development*. Denver: Love Publ. Co..
- Gonçalves, O. F. (1986). Consulta psicológica e desenvolvimento do auto-conhecimento: uma perspectiva cognitivo-construtivista. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 35-46.
- Imaginário, L., Campos, B. (1987). Consulta psicológica vocacional em contexto escolar. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 107-113.
- Ivey, A., Alschuler, A. (1973). Psychological education. *Personnel and Guidance Journal*, 51 (special issue).
- Joyce-Moniz, L. (1986). Perspectivas desenvolvimentistas em terapias cognitivas. *Psiquiatria Clínica*, 7, 117-125.
- Morrill, W., Oetting, E., Hurst, J. (1974). Dimensions of counselor functioning. *The Personnel and Guidance Journal*, 52(6), 354-359.

- Nelson-Jones, R. (1984). *Personal responsibility counseling and therapy: an integrative approach*. London: Harper & Row.
- Silbereisen, R., Eyferth, K. (1986). Development as action in context. In R. Silbereisen, K. Eyferth & G. Rudinger (Eds). *Development as action in context*. Berlin: Springer-Verlag.
- Sprinthall, N., Thies-Sprinthall, L. (1983). The teacher as an adult learner: a cognitive-developmental view. In G. Griffin (Ed). *Staff development*. Chicago, National Society for the Study of Education, 13-35.

#### ABSTRACT

#### COUNSELING AND HUMAN DEVELOPMENT

Generic goals, purposes, targets and methods of psychological intervention are presented. Within this framework ecological transactions are stressed, as well as the view that people and environments are mutually influencing each others. New dimensions of psychological intervention are outlined beyond direct one-to-one intervention and, in this sense, larger systems are emphasized as well as the need for intervention with the client's significant others. The active role of the client is also emphasized, either as an agent of his/her own development, either as a participant on the processes of systems change.

#### RÉSUMÉ

#### L'INTERVENTION PSYCHOLOGIQUE ET LE DÉVELOPPEMENT HUMAIN

Les principales propositions théoriques, ainsi que les objectifs, les cibles et les méthodes représentatifs d'une approche d'intervention psychologique centrée sur les transactions entre les individus et les divers environnements, sont ici présentés. L'élargissement du rôle du psychologue au delà de l'intervention directe dans le système individuel est mis en relief, à travers l'analyse des différentes expressions de l'intervention psychologique dans les systèmes plus vastes, notamment dans l'interaction avec les personnes significatives des contextes de développement. On met en évidence le rôle actif du sujet en tant que protagoniste de son propre traject et participant dans les processus de transformation de la réalité.

## ASSINE E DIVULGE O JORNAL DE PSICOLOGIA

Assinatura individual - 1.000\$00  
Assinatura institucional - 2.500\$00

Ou, se já é assinante, complete a sua colecção adquirindo os números atrasados (250\$00 por exemplar com portes de correio incluídos)

Pedidos: Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO

# ESTUDO NORMATIVO DO TESTE DE RORSCHACH NA POPULAÇÃO PORTUGUESA: A REGIÃO DO GRANDE PORTO

ANTÓNIO ABEL PIRES (\*)  
MARIA ISOLINA PINTO BORGES (\*\*)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Neste texto refere-se a necessidade da realização do estudo normativo do teste de Rorschach na população portuguesa apresentando-se os primeiros resultados desse estudo que se realizará por fases. O presente trabalho corresponde à primeira fase, limitada a uma amostra localizada na região do Grande Porto e será progressivamente alargado ao resto do país. Ao nível dos resultados normativos, são analisados a frequência dos modos de apreensão, do determinante formal e das respostas de conteúdos humano e animal.

Através da utilização da técnica Rorschach, fez-se sentir a necessidade de realizar um estudo normativo para a população portuguesa. Em trabalhos anteriores (Pires, 1986, 1987) salientámos a necessidade de um estudo deste tipo pois que a generalidade dos psicólogos portugueses recorre na sua prática a normas retiradas de estudos franceses. Tais estudos, para além de não serem recentes no tempo, não podem atender à genuinidade da cultura e à realidade histórico-linguística portuguesa.

Pormenores vários na cotação do Rorschach decorrem da experiência cultural dos indivíduos. As possibilidades de erro em termos de avaliação psicológica decorrente da não adaptação de tais normas à população portuguesa são portanto evidentes. Para minorar tais deficiências iniciámos este estudo com o Rorschach, para já com um âmbito bem delimitado. Assim, ele diz neste momento respeito a uma população da zona do Grande Porto e contempla apenas as respostas forma, banalidades e a localização (D e Dd).

## A NECESSIDADE DE ESTUDOS NORMATIVOS DO RORSCHACH EM PORTUGAL

Se analisarmos a situação da utilização dos testes ou técnicas de avaliação psicológica em Portugal, verificamos que para a maioria destes instrumentos se é obrigado a utilizar dados normativos estrangeiros devido à falta de trabalhos de

investigação na população portuguesa nesta área. Em relação às técnicas projectivas, isto também se aplica. A este respeito é de registar o interesse recente de investigadores nacionais pelas técnicas projectivas, havendo uma alteração significativa nesta década: os trabalhos de Silva (1982, 1983, 1986a, 1986b) sobre o Teste de Apercepção para Crianças (CAT-H), de Cunha (1986) sobre o Teste de Frustração de Rosenzweig e de Carneiro (1986) sobre o Teste da Árvore.

Especificamente em relação ao teste de Rorschach, há apenas um estudo de Fernandes (1977) sobre as listas de Rorschach, com uma amostra de 60 estudantes do ensino superior, de Lisboa. Na nossa opinião era urgente avançar com estudo normativo que pudesse colmatar esta falta, pois todos os autores afirmam que quando há diferenças culturais entre a população a avaliar e a população sobre a qual foi realizado o estudo normativo é necessário estabelecer novas normas para a população em causa, para que o teste seja utilizável (Delpech, 1971). Isto verificou-se sempre que se pretendeu utilizar o Rorschach na população índia da América do Norte ou do Sul, nas populações africanas e nas populações orientais.

Verificou-se também que, mesmo no grupo de populações ocidentais, se assinalavam diferenças entre as listas de cotação (D, Dd, Ban e F+ F-) de Beck realizadas nos Estados Unidos e as listas de Beizmann, realizadas em França. Mesmo entre as listas de cotação de Beck de 1937 e 1961 se encontraram algumas diferenças, apesar de se tratar de amostras populacionais americanas.

Aqui poderíamos levantar a hipótese se a dimensão temporal, a evolução tecnológica, a evolução no acesso e no prolongamento da escolaridade não terão implicações ao nível da evolução da personalidade dos indivíduos e se os dados normativos obtidos em décadas passadas não estariam agora, de alguma forma, enviezados.

Alguns psicólogos levantaram-nos a questão da necessidade da realização deste estudo, porque utilizam frequentemente dados normativos de populações estrangeiras, principalmente de origem francesa. Acreditam, ao mesmo tempo questionando, que em virtude da cultura desse país ter tido uma

(\*) Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

(\*\*) Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: António Abel Pires, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua das Taipas, 76, 4000 Porto.

grande influência sobre a nossa, e dada a proximidade cultural entre ambas, será possível utilizar com alguma segurança essas conclusões estatísticas.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que os dados normativos franceses, embora sejam utilizados em vários países europeus (principalmente as listas de cotação das Formas de Beizmann, 1966), que a sua metodologia é questionável na medida em que toma protocolos de proveniência diversa. Beizmann (1966) para a realização das suas listas de cotação das Formas, utilizou os dados que possuía, obtidos em França com uma amostra muito limitada, adicionando os resultados do estudo de Loosli-Usteri (1970) na suíça romanica, os de Beck (1967-68) nos Estados Unidos e os de Rorschach (1921/1967) na Suíça de língua alemã. Assim, não se pode afirmar que estas listas sejam o resultado de normas da população francesa e que há uma mistura muito grande de várias listas de populações diferentes e em várias épocas.

No que se refere à validade destes dados em Portugal, até agora, ainda ninguém verificou esta hipótese. Alguns psicólogos, por intuição, pensam que não existirão diferenças significativas, apesar de julgarem de interesse a verificação dessa hipótese empiricamente.

Em relação à nossa semelhança cultural, é certo que o nosso país se inscreve no espaço cultural da Europa Ocidental - pertencemos à CEE - mas existem particularidades culturais que o diferenciam tanto ao nível da sua língua como da sua experiência colectiva. Nesta, temos a nossa dita vocação atlântica que se prolongou até quase ao final do século XX, a nossa história política, a nossa lenta e baixa industrialização, o fraco acesso à sociedade de consumo em relação aos países ricos da Europa e da América. Claro que também poderíamos mencionar a nossa geografia, as nossas discrepâncias regionais, a nossa literatura e a nossa emigração (diáspora). Indo mais além nesta especificação da nossa identidade cultural, poder-se-ia referir a significação particular de conceitos (saúde, fado,...).

As palavras não têm o mesmo valor em línguas diferentes. Mesmo quando traduzidas, a conotação pode não ser a mesma. As crenças, os usos e os costumes são diferentes ou são vividos e mantidos de maneira diferente. Por exemplo, os bilingues sentem que têm acesso a dois mundos diferentes, preferindo utilizar os sistemas linguísticos independentemente em vez da tradução (Pires, 1986).

## OBJECTIVOS

A realização deste estudo prende-se com uma tripla constatação: 1) os dados normativos são importantes na ajuda que prestam para a interpretação do protocolo do sujeito, 2) estes dados normativos estão dependentes do universo cultural em que o sujeito se insere e 3) a realidade socio-cultural portuguesa tem a sua especificidade. Partindo-se da hipótese de que as diferenças culturais influenciam os dados normativos, como por exemplo a frequência e a qualidade das respostas Forma e das Banalidades, objecto deste estudo, a aplicação de conclusões estatísticas estrangeiras à população portuguesa conduz a erros vários na avaliação. Um sentido prático deste trabalho passa pelo evitar do descrédito a que as provas projectivas, podem estar sujeitas e à melhoria da prática psicológica no nosso País.

## METODOLOGIA

Contrariamente ao que acontece com adaptações de outro tipo de testes, aqui com o teste de Rorschach não se pretende modificar o material - estímulo nem, em princípio, as regras de administração. A adaptação incide sobre as normas de decodificação das respostas, ou sejam parâmetros informativos que fornecem os elementos importantes para a interpretação.

## Instrumento

O instrumento é o teste de Rorschach, constituído pelas 10 placas já conhecidas por todos e editadas desde há mais de sessenta anos. As placas são constituídas por manchas cinzentas, negras e a cores, umas mais nítidas outras francamente esbatidas.

As placas são todas simétricas, o que segundo alguns autores, lhes dá uma semelhança com o corpo humano. Um são mais compactas (fechadas) da placa I à VII, e que suscitam menos respostas (principalmente as placas IV, V, VI e VII), enquanto que as outras placas como as três coloridas suscitam mais facilmente respostas (excepto a placa IX).

Segundo Beizmann (1982), nas sete primeiras placas a maioria dos sujeitos tem uma impressão global, o que confirmaria as leis da escola Gestaltista. A placa X é a mais dispersa de todas e onde se torna mais difícil dar uma interpretação global. Em virtude de ser a última, alguns autores como Traubenberg (1970), indicam que os sujeitos nesta placa têm um comportamento particular, prolongando ou não a administração conforme o seu desejo de continuar ou cortar a relação com o psicólogo.

Pela reacção dos sujeitos, verifica-se que esta prova parece ser encarada de maneira diferente, na medida em que se nota geralmente a mesma surpresa por este tipo de provas. Na maior parte dos casos, a imagem que os sujeitos têm dos testes, é de uma tarefa onde eles têm que resolver algum problema, expresso através de texto, imagem ou números. Esperam quase sempre encontrar uma tarefa de "papel-lápis" ou então que lhes façam perguntas onde através das quais poderão ser avaliados os seus conhecimentos. Confrontar-se com este teste onde eles não têm que resolver nenhum problema nem mostrar o domínio de conhecimentos, apenas umas imagens em face das quais devem apenas dizer tudo o que aquilo lhes parece, sem boas nem más respostas, é sempre uma surpresa ou uma situação que os sujeitos não esperavam. Alguns podem ficar aliviados, por não serem obrigados a resolver "problemas", mas há outros que podem desvalorizar o teste e o psicólogo pois, para eles, esta prova não é suficientemente séria.

Em todos os casos, é sempre indispensável o estabelecimento de uma relação entre psicólogo e sujeito antes da administração do teste, pois de contrário, as pessoas não são sinceras, dizendo apenas ver o que é mais aceitável do ponto de vista social. Aliás como se conclui das investigações de Exner (1980, 1986) e Exner et al. (1978, 1984) sobre o processo de resposta, isso acontece sempre, só que a censura pode ser maior ou menor dependendo imenso da segurança e da confiança que o sujeito tiver na situação e no psicólogo.

## Amostra

Na definição da amostra deparamos com uma série de

problemas mais relacionadas com o número de protocolos e outros com o cálculo do número de sujeitos por estratos a constituir. Devido ao grande dispêndio de tempo na administração do Rorschach, na sua cotação e na organização do material para o estudo estatístico, esta complexidade obrigou-nos a fixar um limite no número de protocolos.

#### Discussão das variáveis

Como esta é uma fase de exploração, com uma amostra limitada a uma centena de sujeitos, limitámo-nos à escolha de uma região do país, o Grande Porto (cidade do Porto e concelhos limítrofes). Esta escolha prende-se com a proximidade pessoal e da equipa de psicólogos que administraram a prova.

Esta região é urbana, embora nos concelhos limítrofes, existam focos rurais bastante acentuados. Procurou-se diversificar a proveniência dos sujeitos em termos do carácter urbano/rural das freguesias de proveniência (zonas rurais de Gondomar, Maia e Gaia). A população com características urbanas foi proveniente dos grandes centros populacionais do Porto, Vila Nova de Gaia, Espinho, Ermesinde, Rio Tinto, Maia, Gondomar e Matosinhos.

A escolha desta região parecia-nos, por outro lado, atender às zonas de residência da maioria da população portuguesa. Isto é, a maioria da população reside nos grandes centros de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Coimbra. A outra razão da escolha efectuada deve-se, como afirmámos, ao facto de trabalharmos nesta região.

A escolha desta região parecia-nos, por outro lado, atender às zonas de residência da maioria da população portuguesa. Isto é, a maioria da população reside nos grandes centros de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Coimbra. A outra razão da escolha efectuada deve-se, como afirmámos, ao facto de trabalharmos nesta região.

O grupo etário escolhido foi o de 18-25 anos. A escolha de um grupo etário deveu-se ao limite do número de sujeitos, pois se utilizássemos vários níveis etários a distribuição por nível seria baixa.

Como consideramos, de acordo com vários autores (cf., Delpech, 1971), que o factor cultural tem uma grande importância relativamente ao discurso, à dimensão do vocabulário, à implicação pessoal e a outros factores da situação de administração do teste de Rorschach, pensámos que a melhor escolha para este nível etário seria o nível de escolaridade dos sujeitos. No nosso país, o enriquecimento cultural e a mobilidade sócio-económica ainda dependem muito do sucesso na escolaridade.

A divisão dos sujeitos por grupos socio-culturais foi realizada com base nos níveis de escolaridade. Do grupo básico fazem parte os indivíduos com a escolaridade mínima obrigatória, completa ou não, até ao ciclo preparatório, como era determinado pela legislação. O nível secundário engloba os indivíduos com frequência ou conclusão de estudos secundários. O nível superior de escolaridade inclui os sujeitos com conclusão ou frequência de estudos superiores.

Em virtude da maioria da população ser considerada normal interessou-nos uma amostra de indivíduos normais. Sendo certo que os conceitos de normalidade e anormalidade são discutíveis, pensamos que as referências a esta diferenciação são bem conhecidas de todos os psicólogos não cabendo inventariá-las no quadro deste trabalho. Controlámos esta variável através da recolha de informação indirecta, se já tinham descompensado, consultado um psiquiatra, etc... Alguns protocolos foram anulados, pois o sujeito só prestou esta informação após a administração do teste.

#### Distribuição da Amostra

Para o cálculo da amostra baseámo-nos no XII Recenseamento Geral da População, do Instituto Nacional de Estatística, sobre a região do Porto e os quadros da população residente segundo os grupos etários e a qualificação académica. Este recenseamento data de 1981, o que poderá estar relativamente desactualizado.

Segundo este recenseamento, para o grupo etário da nossa amostra e para o Porto, 54.8% pertencem ao nível básico, 40.5% ao nível secundário e 4.6% ao nível superior. Procurou-se tomar estas percentagens em consideração.

Para a nossa amostra levantou-se-nos o problema da validade dos resultados para o grupo de nível superior. Segundo os dados do Censur de 1981, e tomando uma amostra em torno dos 100 sujeitos, só poderíamos administrar o teste a 5 indivíduos neste grupo. Para aumentar este grupo tivemos que diminuir a percentagem relativa dos outros dois.

A nossa amostra foi calculada para ser constituída por 41.3% de sujeitos no Básico, 37.9% no secundário e 20.6% no Superior, tendo em conta uma certa homogeneidade por idades e por sexo. Apesar de terem sido recolhidos 140 protocolos, fomos obrigados a anular 40 protocolos devido à variável normalidade ou a deficiências na administração do teste. Estas deficiências situaram-se na realização do inquérito particularmente na indicação pelos sujeitos das localizações e nos determinantes.

Os subgrupos Básico e Secundário têm uma percentagem de 38% cada e o subgrupo Superior tem uma percentagem de 24%.

A distribuição por sexos foi inicialmente fixada em termos de igualdade dos dois sexos. Após as anulações efectuadas a representação de um e outro sexo, passou a ser de 53% de indivíduos do sexo masculino e de 47% de indivíduos do sexo feminino.

#### Aplicação/administração do teste

A recolha de informação foi realizada junto da amostra acima mencionada, grupo etário 18-25 anos, na região do Grande Porto.

Os sujeitos foram contactados informalmente através de estabelecimentos de ensino, bibliotecas de Juntas de Freguesia, Grupos Paroquiais ou através de pessoas conhecidas que nos indicavam amigos, colegas ou vizinhos que poderiam ser contactados.

Quando o sujeito aceitava a situação procurava-se marcar o horário da aplicação.

Todos os sujeitos contactados do nível superior aceitaram sem problemas. Alguns indivíduos do sexo feminino do nível secundário e básico recusaram a colaboração, enquanto os do sexo masculino foram em geral mais receptivos. O maior número de recusas incidia sobre os indivíduos de escolaridade básica que apresentavam alguma desconfiança em relação à tarefa, tendo-se verificado algumas dificuldades para se completar a amostra.

Para a administração e cotação do Rorschach seguimos as regras enunciadas pela escola de língua francesa, representada nomeadamente pelas obras de Rausch de Traubenberg (1970), Loosli-Usteri (1970), Anzieu (1976) e Beizmann (1982).

#### APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados que vamos apresentar são as frequências do número de respostas (R), das respostas Global (G), de detalhe (D), de detalhe raro (Dd), do conjunto de Dd+Db1, das respostas forma (F), de conteúdo animal (A) e de conteúdo humano (H).

Estes dados serão comparados com os valores normativos utilizados pela escola francesa.

Quadro 1 - Totalidade da amostra (18-25 anos): Média de R e proporção de G, D, Dd+Db1, F, A e H.

R	G%	D%	Dd+Db1%	F%	A%	H%
22.04	36.92	50.03	12.98	49.90	46.25	16.64

#### Frequência do número de respostas (R).

Nas normas francesas, o número médio de R situa-se aproximadamente entre 20 e 30 respostas.

No nosso caso, o número médio de respostas por protocolo situou-se em 22.04. Embora este valor esteja situado no nível inferior das referidas normas, não se pode considerar muito diferente.

#### Frequência dos modos de apreensão

Os dados normativos utilizados pela escola francesa definem a percentagem de G entre 25 a 30%. No nosso caso obtivemos 36,92%, o que podemos considerar um valor muito elevado.

Quanto às respostas detalhe (D), no nosso caso obtivemos 50,03%, em comparação com os valores de 65-70% das normas francesas. Neste caso verifica-se o inverso em relação à frequência de G.

O conjunto de Dd+Db1, nas normas acima citadas, têm um valor de 8%, no nosso caso obtivemos 12,98%.

Em relação aos modos de apreensão, os nossos resultados são mais elevados nas respostas G e Dd+Db1 e mais baixos nas respostas D.

Na comparação dos nossos resultados com a lista francesa das respostas D (Anzieu, 1976), verificamos que existem algumas diferenças.

Na placa I, não encontramos as localizações da divisão em terços da figura central, em contrapartida o nosso D5 não aparece nas listas francesas.

Na placa II, não há diferenças significativas e na placa III, não encontramos as localizações D do corpo dos seres humanos sem as pernas, com ou sem cabeça.

Na placa IV, consideramos a resposta G amputada da lista francesa como resposta D (totalidade excepto parte central inferior); e não encontramos a localização referente à parte clara das botas.

Na placa V, não encontramos o D referente ao contorno superior da asa.

Na placa VI, não encontramos a localização D, da metade direita ou esquerda da parte central.

Nas placas VII, VIII e IX não há diferenças significativas, e na placa IX não encontramos a localização D (cabecinha de animal no castanho verde).

No nosso caso consideramos sempre fielmente as localizações que os sujeitos marcavam durante o inquérito, por isso em alguns casos obtivemos algumas respostas D referentes à subdivisão de elementos considerados apenas em inteiro pelos autores franceses, como por exemplo na subdivisão do cinzento superior da placa X. Contudo esta subdivisão nunca transforma uma localização D das listas francesas em localização Dd no nosso caso.

#### Frequência do determinante formal (F) e dos conteúdos animal (A) e humano (H)

Os valores normativos da escola francesa situam a frequência de F em 50% aproximadamente, sendo aceitável um valor próximo dos 60%. As respostas A e H situam-se respectivamente em 35-50% e 15-20%. No nosso trabalho os valores obtidos foram: F%= 49,90, A%= 46,25 e H%= 16,64, que não são muito diferentes dos referidos pela escola francesa.

#### CONCLUSÃO

Contrariamente ao verificado habitualmente em estudos deste tipo, no grupo de resultados aqui apresentados, os valores que se diferenciam mais em relação aos da escola francesa, são os referentes aos modos de apreensão.

Devido à dificuldade de levantarmos hipóteses, neste momento, sobre possíveis diferenças de estilos de percepção entre populações de dois países, ou sobre a necessidade da actualização dos valores normativos franceses, apenas nos resta levantar a hipótese de esta diferença se dever a uma particularidade deste grupo etário (18-25 anos). Isto poderá ser analisado com a continuação do nosso projecto de estudo normativo desta prova a nível nacional, com uma amostra englobando outros grupos etários.

#### REFERÊNCIAS

- Anzieu, D. (1976). *Les méthodes projectives* (5ème ed.). Paris: Presses Universitaires de France.
- Beck, S. (1967-68). *Le test de Rorschach*. I e II Vol. Paris: Presses Universitaires de France.
- Beizmann, C. (1966). *Livret de cotation des formes dans le Rorschach*. Paris: Centre de Psychologie Appliquée.
- Beizmann, C. (1982). *Le Rorschach de l'enfant à l'adulte, étude génétique et clinique*. Neuchâtel et Paris: Delachaux et Niestlé.
- Carneiro, F.C. (1986). *Le test de l'arbre: une approche dynamique. Contribution à l'élaboration des techniques projectives*. Thèse de Doctorat d'État. Paris: Univ. Paris VII.
- Cunha, B. (1986). *Teste de Frustração de Rosenzweig, (Versão Adultos)*. 1ª Parte: adaptação portuguesa. Centro de Psicologia da Universidade do Porto.
- Delpech, B. (1971). *Les techniques projectives dans l'exploration de la personnalité socioculturelle (synthèse bibliographique)*. *Psychopathologie Africaine*, Vol. VII, 2, 239-284.
- Exner, J. E. Jr. (1980). *But it's only an inkblot*. *Journal of Personality Assessment*, 44, 6, 562-577.

- Exner, J. E. Jr. (1986). *The Rorschach: A comprehensive System*. Vol. I: Basic Foundations (2nd ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Exner, J. E.; Armbruster, G. Jr. & Mittman, B. (1978). The Rorschach response process. *Journal of Personality Assessment*, 42, 1, 27-38.
- Exner, J. Jr.; Viglione, D. J. & Gillespie, R. (1984). Relationships between Rorschach variables as relevant to the interpretation of structural data. *Journal of Personality Assessment*, 48, 1, 65-70.
- Fernandes, I. B. (1977). Contribuição para uma lista portuguesa de respostas banais ao Psicodiagnóstico de Rorschach. Separata da *Revista Portuguesa de Psicologia*, VI, 1, 285-303.
- Loosli-Usteri, M. (1970). *Manuel pratique du test de Rorschach* (5ème ed.). Paris: Hermann.
- Pires, A. A. (1986). O teste de Rorschach: alguns aspectos relacionados com as críticas e as novas perspectivas de utilização. *Jornal de Psicologia*, 5, 5, 8-13.
- Pires, A. A. (1987) - O teste de Rorschach na avaliação psicológica: Fundamentação, validade e estudo normativo na população portuguesa. Porto: F.P.C.E.U.P.
- Rausch de Traubenberg, N. (1970). *La pratique du Rorschach*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Rorschach, H. (1921/1967). *Psychodiagnostic. Méthode et résultats d'une expérience diagnostique de perception (interprétation libre de formes fortuites)*. Paris: P.U.F.
- Silva, D. R. (1982). O teste de apercepção para crianças. (Figuras Humanas) - CAT-H. Lisboa: INIC.
- Silva, D. R. (1983). Análise dos estudos sobre a validade do Rorschach em psicologia clínica. Separata da *Revista Portuguesa de Psicologia*, 17/18/19.
- Silva, D. R. (1986a). Exner e a reposição do teste de Rorschach. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XX, 135-168.
- Silva, D. R. (1986b). Reflexões sobre algumas características das

técnicas projectivas. *Jornal de Psicologia*, 5, 3, 20-22.

#### ABSTRACT

#### STANDARDIZED STUDY OF RORSCHACH TEST IN THE PORTUGUESE POPULATION: THE REGION OF OPORTO

This paper refers to the need for conducting a standardized study of Rorschach test with the Portuguese population and also gives the first results of this study that will be carried out in more than one phase. The present work corresponds to the first phase, restricted to a sample located in the region of Oporto and will be progressively enlarged to the rest of country. Standardized results of the frequency of ways of apprehension, of formal determinant and of answers with animal and human contents, will be analysed.

#### RESUMÉ

#### L'ÉTUDE NORMATIVE DU TEST DE RORSCHACH DANS LA POPULATION PORTUGAISE: LA RÉGION DE PORTO.

Dans cet article on fait une brève réflexion sur le besoin de réaliser une étude normative du Test de Rorschach dans la population portugaise en présentant les premiers résultats de cette étude normative qui sera réalisée par phases. Dans cette première phase, l'échantillon appartient seulement à la région de Porto et il sera progressivement élargi à tout le pays. Au niveau des résultats, on analyse la fréquence des modes d'appréhension, du déterminant forme et des réponses à contenus humain et animal.

## TERAPIA COMPORTAMENTAL

### Modelos teóricos e manuais terapêuticos

Oscar F. Gonçalves

Universidade do Minho, Braga

#### CONTEÚDOS

##### MODELOS TEÓRICOS

1. A avaliação e conceptualização comportamental
2. O paradigma do condicionamento clássico
3. O paradigma do condicionamento operante
4. O paradigma da aprendizagem social

##### MANUAIS TERAPÊUTICOS

1. Exposição gradual e mediatizada
2. Exposição directa
3. Estratégias operantes
4. Modelagem e prática comportamental

#### Anexos

1. Guia para a Entrevista de Avaliação Comportamental
2. Manual de Relaxamento

Preço: 1250\$00 com portes incluídos, em cheque ou vale postal à ordem de Jornal de Psicologia  
Pedidos: Edições Jornal de Psicologia, Apartado 4544, 4009 Porto, Codex.

## OPINIÃO

Por ÓSCAR F. GONÇALVES(\*)

### UM PSICOTERAPEUTA QUE QUERIA SER DENTISTA

O fantástico e a ilusão criam realidades que escapam por vezes aos métodos de gestão corrente dos cientistas, tecnólogos e administradores de um determinado espaço e tempo. A psicoterapia, arte e ciência do tratamento da alma, é hoje uma realidade que se mistura subtilmente com a ficção. O que é que faz um psicoterapeuta? Como é que ele se transforma num cuidador obsequioso das sequelas da mente humana? Questões como estas têm produzido centenas de desmesuradas e díspares respostas, desmultiplicação caótica de sistemas e métodos terapêuticos, nascimento e morte de vários mestres e gurus (c.f., Gonçalves & Barbosa, no prelo). Face a esta panorâmica de sincretismo terapêutico não é pois estranho que os próprios clínicos, profissionais obrigados aos votos rigorosos do pensamento científico, se interroguem, no desconforto amargo dos seus sofás terapêuticos - *Ilusão ou Psicoterapia?*

A resposta a este complexo dilema da minha profissão conduz-me frequentemente a momentos de cinismo emocional e descentração cognitiva, em que recordo as tortuosas palavras de Lobo Antunes no desbravar do *Conhecimento do Inferno*, afinal o verdadeiro cenário para o desenrolar dos nossos actos clínicos, tal como ele, vocífero compulsivamente que

devia ter ido para dentista (...) devíamos todos ser dentistas, consertar molares em minúscios de relojoeiro, conviver sem pânico com incisivos e caninos, dizer Bocheche e sentirmo-nos em paz, percebe, desprovidos de inquietação e de remorsos, a

(\*) Professor Auxiliar da Universidade do Minho e Coordenador do Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano. Toda a correspondência relativamente a este artigo deverá ser enviada para: Óscar F. Gonçalves, Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano, R. Abade da Loureira, 4700 Braga.

## ILUSÃO OU PSICOTERAPIA

tirar moldes de gengivas às senhores de idade, enquanto uma estátua de bigodes nos aponta da janela, com o dedo de bronze, à irrisão geral (1980, pp. 50-51).

As minhas análises, talvez por um desejo incomensurável de identificação, faço-as nas cadeiras reclináveis dos dentistas (suplementadas com uma terapia de apoio mensal nos ambulatórios das barbearias). Vou mudando frequentemente de dentistas, na esperança de descobrir aquele que finalmente vai decifrar o microfilme das minhas narrativas escondido profundamente na raiz de um dente do siso. A minha permanência com cada um é assim esporádica mas recheada de episódios reveladores. Talvez o mais revelador de todos tenha sido o protagonizado por um estomatologista de idade avançada que me fez abrir a boca nos tempos quentes de 1975. Lembro-me que trazia comigo para a sala de espera um livro do Saldanha Sanches (em que este descreve a sua cisão com o MRPP e que infelizmente não consigo encontrar para citar convenientemente, coberto que está pelo pó da minha memória e dos outros livros que o vão escondendo) e interrogava-me na altura sobre *O que fazer?* (como diz o Lenine num livro que me espreita insistentemente ali mesmo da estante). Preparar o meu futuro como o meu camarada Durão Barroso, futuro secretário de estado de Sá Carneiro, ou prosseguir um outro qualquer trajecto. A resposta vocacional encontrei-a, ao transpor a porta do inditoso médico. Encorajado pelo o meu ar iniciático, começou a debitar um longo discurso sobre a ilusão do psicológico. Queixava-se de que, os ventos revolucionários de leste, tinham acabado com a objectividade e simplicidade da físico e do biológico. Agora tudo era psicológico e ideológico. Até os delegados de propaganda médica lhe entravam pelo consultório, de mangas de camisa e emblemas esquerdistas, sem o ar servil do passado, para o bombardearem altivamente com quantificações psicológicas da dôr numa escala de 0 a 10. Tudo tre-

tas, para desviar dinheiro dos cofres dos clínicos para comícios de relaxamento colectivo e meditação transcendental. Confessava-me ele, que nunca fora homem para duas caras, desejar a dôr consoante os clientes (não é afinal isso que todos nós fazemos!). Por exemplo, a um delegado sindical, pouco respeitador da autoridade estomatológica, ele aplicava-lhe a dôr 8, enquanto que uma hipcondríaca de meia idade, com o corpo inchado pelo armazém de fármacos, era abençoada com uma dôr 3. Eu, claro está, aguentei estoicamente com a dôr 10. Saí do consultório com menos um dente mas com uma certeza vaga de que queria ser psicoterapeuta. Ficaram definitivamente à porta desse consultório as minhas outras alternativas profissionais (sorte do Durão Barroso que tem gengivas de betão e dentes de aço - perfil ideal para Secretário de Estado da Cooperação - um artista português que versatilmente transforma a grosseria das palavras de ordem num harmonioso fado de Coimbra - Estudantes ao lado do povo e sob a direcção da classe operária! Estudantes ao lado do povo e sob a direcção da classe operária! Classe operária ao lado do povo e sob a direcção dos estudantes! Queeeroo ficar sempre estudanteee, para eternizar este amoor duuummm instaaanteee!)

Hoje, psicoterapeuta, quando regresso aos dentistas (talvez na fantasia de encontrar entre as revistas torradas e sem capa da sala de espera, o livro do Saldanha Sanches), invejo-lhes a precisão e a certeza dos gestos. A simplicidade dos dias passados a descobrir histórias nos hálitos dos clientes. O último até me punha música e eu fechava os olhos e pensava

se não vou para dentista na mecha fico um maluco tão sórdido e tão sem graça como eles" (Antunes, 1980, p. 53).

#### O MITO DOS SUPERHERÓIS: O FANTÁSTICO SENHOR PÚRPURA

Ah, encontrei finalmente o livro do Saldanha Sanches!!! Procuo os meus comentários e os meus incisivos sublinhados a vermelho. As páginas 115

e 116 são o espelho do meu gáudio ao compartilhar com o autor a queda de um mito, o mito dos superheróis -

o MRPP é o centro de Portugal (...) Arnaldo de Matos é o centro do MRPP. Logo é o centro do mundo, que espera ansiosamente, pelas palavras, pelas posições do grande homem (...) Portugal começa a ser um país demasiado pequeno para um homem tão grande! (Sanches, 1975, p. 115-116).

A psicoterapia, tal como como qualquer terreno ainda dominado pela ilusão, vive guiada e perseguida por superheróis míticos. Personagens fascinantes que fazem nascer lendas e hipnóticos cortejos de discípulos zelosos. Os seus consultórios e as suas universidades transformam-se em lugares de peregrinação. As histórias dos seus milagres cifram-se e decifram-se infidavelmente.

De entre as vários mitos e lendas que tenho ouvido, há um com que gosto de começar as minhas lições de psicoterapia. É a história de um jovem universitário que vivia perseguido pelos dilemas da decisão entre uma de duas especialidades: a literatura ou a psicologia. Aproximava-se o momento fulcral da tomada de decisão e com ele a ansiedade da escolha a fazer. Esgotados os recursos pessoais decidiu este jovem recorrer aos serviços de um psicoterapeuta. Procurou na lista telefónica de uma grande cidade americana o nome do profissional que mais predicados acrescentasse ao seu nome. Telefonou e marcou uma consulta, não sem que se assegurasse de que o parco dinheiro que tinha e que só lhe dava a oportunidade de uma visita, fosse suficiente para resolver o seu problema. Era o *tudo ou nada* que se jogava nessa visita. Foi então recebido por um senhor de idade que passou o tempo a contar histórias fascinantes mas de sentido pouco claro. Quase com o tempo a esgotar e sem antever uma resposta concreta para o seu dilema, o jovem ainda encontrou coragem para um apelo final:

- "Eu gostava de ser psicólogo, mas como é que eu posso ajudar com os outros se eu não sou capaz de lidar com os meus próprios problemas de ansiedade e depressão?"

O terapeuta, olhou o jovem com atenção e com uma inesquecível suavi-

dade na voz, respondeu:

- "Olha M. os melhores treinadores de futebol deste país nunca jogaram o raio do jogo!"

O jovem saiu desta consulta pelo menos tão confuso quanto quando entrara. No entanto havia nele uma inexplicável decisão - queria ser psicólogo. O terapeuta, que este jovem encontrou ao acaso na lista telefónica, era nada mais nem menos que o mítico Milton Erickson, enquanto que o jovem inseguro e ansioso era o não menos lendário Michael Mahoney.

Histórias como esta têm povoado o imaginário dos psicoterapeutas. Principalmente o primeiro, Milton Erickson, transformou-se num superherói. O homem que se deslocava em cadeira de rodas e que vivia rodeado de púrpura, que era única cor que ele estava capaz de distinguir, transformou-se num dos principais protagonistas da mitologia terapêutica. Sobre ele contam-se milhares de histórias e escrevem-se dezenas de livros (c.f., Haley, 1973). Talvez que a sua deficiência aliada ao ritual das suas práticas e às miragens habituais do deserto do Arizona onde se abrigava o seu consultório, tenha ajudado ao nascimento deste lendário superherói. No entanto, os grandes protagonistas de outras escolas terapêuticas têm encontrado sortes imaculadas idênticas. Se uns são a encarnação do superhomem, outros protagonizam o homem aranha ou o homem morcego. Há também já super-mulheres e não tardará que os super-rapazes façam a sua aparição. Com bastante astúcia e humor, Carlos Amantea (1989) comenta que, se calhar, são todos uma única e mesma pessoa:

Talvez que Ellis e Lazarus sejam a mesma pessoa (...) Talvez que eles nos estejam a gozar a todos (...) Por vezes ele apresenta-se mal vestido, com os maus modos e as hipérboles Nova Iorque de Albert Ellis, (...). Em seguida, quando ninguém está a olhar ele entra para a cabine telefónica e de lá emerge como Arnold Lazarus, perfeitamente bem vestido, com um perfeito sotaque sul africano, com uma cara perfeita e todas aquelas palavras caras (pp. 95-96).

É isso mesmo! Talvez sejam todos eles a mesma pessoa. Ou talvez, nas palavras de Fernando Pessoa - todos

sejam Deuses e todos sejam felizes ... vivendo a vida calma das raízes ... e além disso não existindo!

O mito dos superheróis terapêuticos é uma das doenças crónicas da psicoterapia. Cria devoções incomensuráveis, dogmatismo cego, e paixões megalómanas. Aproxima a psicoterapia do místico e os caminhos do consultório ganham o sabor de peregrinações a Fátima, Lurdes ou Meca. Esquece-se assim a grande lição do senhor de púrpura - "os melhores treinadores nunca jogaram o raio do jogo". Ou como relembra Sheldon Kopp (1972) num interessante livro, também ele púrpura,

A missão de ensino do guru é a tentativa de libertar os seus seguidores de si próprio (p. 19).

O paradoxo levantado pelo mito do superherói é bem ilustrado, uma vez mais, por Fernando Pessoa ao sublinhar que "Pensar em Deus é desobedecer a Deus". Assim, a libertação da psicoterapia impõe o expurgar dos fantasmas e mitos dos superheróis. O mundo começa a ficar de facto demasiado pequeno para tantos superheróis da psicoterapia. Chegou o tempo para, em defesa do equilíbrio ecológico e das espécies, abrir uma caça sem contemplação aos Budas da psicoterapia. *Chegou a tempo de ir a Roma e não ver o Papa ... Ir só a Roma!*

#### O MITO DA SUPER-EFICÁCIA: 4 MILISEGUNDOS E UMA NUVEM DE POEIRA

O fascínio das representações cinematográficas ou teatrais encontra-se, em grande medida, ligada à dramatização rápida das mudanças. No curto espaço cénico de algumas horas o espectador pode viver o tempo de uma vida ou mesmo de várias gerações. Os terapeutas não escapam a este fascínio pelas mudanças rápidas e permanentes. Não se satisfazem com pequenas aprendizagens e transformações no mundo conceptual, emocional e comportamental dos seus interlocutores. Não, a mudança terá que ser radical e total. Uma visão revolucionária substitui a visão de um reformismo tímido e desinibido. Do dia para a noite, os ingredientes mágicos da psicoterapia transformam um derrotado e franzido cidadão num hérculeo e destemido enfrentador dos

mais poderosos obstáculos. Numa palavra, quixotesicamente os terapeutas da contemporaneidade partem em demanda de um mito - o mito da supereficácia.

Um dos meus primeiros clientes ilustra paradigmaticamente o reforço deste mito. Tinha eu completado o meu treino em terapia comportamental quando me apareceu um cliente mesmo à feição. Tratava-se de um mecânico, de uns 40 anos, que vivia torturado com um medo avassalador de tudo quanto fossem espaços fechados, daí que o seu habitual contexto profissional se transformasse num local de pesadelo: trabalhar dentro do carro, debaixo do carro, dentro da mala do carro, etc ... etc. Durante a primeira consulta ouvi este cliente atentamente e procedi a uma rápida avaliação comportamental e análise funcional para, em seguida, preparar um cuidadoso plano de cura que, na minha esperança não deveria ocupar mais de 5 ou 6 sessões. Tudo bem esquematizado, tal como tinha aprendido. Passei a semana a construir cuidadosamente os cenários e guiões detalhados para os próximos capítulos. Quando o cliente voltou para a segunda consulta eu sentia-me seguro e pronto para iniciar as minhas invectivas terapêuticas. As primeiras palavras do cliente, que hoje recordo literalmente, foram no entanto, surpreendentes:

- "Senhor Doutor, venho-lhe agradecer aquilo que fez por mim, estou curado dos meus medos!"

Eu sabia que a terapia comportamental era um método rápido e eficaz, mas assim tão eficaz!?. Perguntei-lhe então, cuidadosamente, daquilo que eu tinha feito por ele, o que é que o tinha ajudado de modo tão surpreendente. O mecânico pareceu-me admirado com esta minha dúvida acerca dos meus próprios poderes e respondeu sem hesitar:

- "Sim, aquilo que me disse mesmo no final da consulta quando eu lhe perguntei se me poderia dar algum ataque e morrer durante estas crises e me respondeu que por pior que eu me sentisse eu nunca iria morrer daquilo".

Confesso que já não me lembrava desse episódio final da consulta em que procurei, em jeito de evasiva, assegurar o cliente ao mesmo tempo que lhe indicava o caminho da porta. O que se passou é que o cliente saiu a pensar nestas minhas palavras e, chegado à oficina, virou-se para o empregado e disse:

- "Ó moço, fecha-me aí dentro da mala do carro enquanto eu estou a soldar e não abras isso enquanto eu não acabar nem que eu berre e dê murros".

Assim o fez, e assim se curou. Uma sessão, alguns milissegundos de comunicação e uma nuvem de poeira. Intervenção com a mestria de experimentado pistoleiro de *western* americano!

O decorrer dos anos de prática foi-me demonstrando que as coisas não eram afinal tão simples. Todas as mudanças são lentas, tentativas e progressivas. As mudanças bruscas põem em perigo a sobrevivência dos organismos.

Os terapeutas resistem aos clientes e é bom que resistam. Os filhos resistem aos pais e é bom que resistam. Os alunos resistem aos professores e é bom que resistam. A chave da mudança está de facto na resistência. Em termos filogenéticos, todas as mudanças são tentativas de preservação. Todas as mudanças são expressão de resistência. Como diz Watzlawick, mudamos para ficar na mesma. A aliança terapêutica é a aliança com as resistências, com os movimentos de preservação da identidade dos nossos clientes.

O mito da supereficácia é tal, que os terapeutas entram num verdadeiro delírio de grandeza. Façamos contas. Uma semana tem 168 horas. Na maior parte dos casos a terapia funciona em sessões semanais de uma hora, o que faz com que o tempo real ocupado pelo psicólogo na vida do cliente seja de 1,68%. Convenhamos que isto nem sequer dá para eleger um deputado no parlamento conceptual dos nossos clientes. Certa ocasião, uma terapeuta lembrava-me que com ela era diferente. Ela via os clientes três vezes por semana. Ora isso dá uma percentagem de 5,04%. Bem mais do que isso passam os professores com os alunos e o que é que se aprende nas escolas?! (Muito mais do que isso passo eu com o meu filho e ainda me vêm por vezes fantasmas de pai ausente!).

Enfim, com um máximo de ocupação real de 5% do tempo semanal dos clientes pretendemos alterar radicalmente formas de pensar, agir e sentir estruturadas por vezes ao longo de dezenas de anos de confirmação!

Como demonstrou o falecido psicanalista e investigador Lloyd Silverman (c.f., Silverman & Weinberger, 1985), é possível em 4 milissegundos

abrir a porta da comunicação do cliente e meter aí um primeiro pé, mas para além disso, fica ainda no ar uma nuvem densa de poeira.

#### O MITO DA SUPERESTRUTURA: O IMPÉRIO DA ECÚMENA

Deixei propositadamente para terceiro lugar um mito mais recente e porventura mais simpático. O mito do *Grande Oriente da Psicoterapia*. O mito de que numa comunhão de sentimentos, pensamentos e acções nos podemos unir numa estimulante irmandade, eleger o nosso grão mestre, delinear os nossos rituais iniciáticos e consumir a fecundação científica da psicoterapia.

A psicoterapia deixaria então de ser a terra habitada por tribos bárbaras variadas para passar a ser o domínio Imperial da *Ecúmena*, um novo império romano bem guardado pelos legionários do saber.

A criação de superestruturas simplifica a realidade. É mais simples ir a um hipermercado e encontrar lá de tudo, do que desperdiçar as energias por mercearias de bairro dispersas. No entanto, a simplicidade tem geralmente um preço elevado. A anulação do direito à singularidade e à diferença, que foram e serão sempre o motor poético de todo o desenvolvimento, como constantemente nos indica Agostinho da Silva.

Grande parte dos terapeutas contemporâneos resignaram aos seus anteriores percursos ideológicos para se auto-identificarem com o qualificativo de ecléticos, isto é, membros do império de *Ecúmena*, aqueles que retiram qualquer coisa de qualquer sistema. Surgiram sociedades e revistas. Realizaram-se encontros, convenções e congressos. O movimento de aproximação e exploração é louvável e a discussão (i.e., sacudir as cabeças) é desejável. A procura da integração pode no entanto transformar-se num perigoso mito. Como temos oportunidade de sublinhar num outro trabalho (Gonçalves & Barbosa, no prelo), a desmultiplicação terapêutica reflecte uma saudável diferenciação epistemológica, atitudes díspares face à realidade e ao conhecimento. Seria pouco desejável ver a criatividade da construção regulamentada por uma nova superestrutura.

Em 1989 a *Associação Portuguesa de Psicologia* tomou, uma vez mais, a louvável iniciativa de juntar os

terapeutas Portugueses para discutir os factores comuns em psicoterapia. Fomos até contemplados com a presença de um grande mestre da integração - Marvin Goldfried. De tudo aquilo que vi e ouvi ficou-me a ideia de que ninguém concorda com ninguém, nem mesmo dentro da mesma escola as pessoas se entendem e é até duvidoso que o mesmo terapeuta concorde consigo próprio. Os terapeutas vivem ainda tiranizados pelo princípio Aristotélico da não contradição, quando lá fora o mundo vive, Hegelianamente, disso mesmo, evoluindo de contradição em contradição.

A *Sociedade para a Exploração da Integração em Psicoterapia* deveria ser unicamente apelida de *Sociedade para a Exploração Psicoterapia*. Estariam assim mais facilmente prevenidos os riscos da emergência dos grandes Impérios.

Entre as mercearias de bairro do Ribeiro Teles e os grandes hipermercados do Abecassis, prefiro o polivalente ali da esquina, para que possa, parafraseando uma vez mais Lobo Antunes, resistir às cotizações suplicantes da grande Ecúmena, respondendo: "☆♦▼◆□◆\*☆◆□◆\* os psicoterapeutas organizados em esquadrão de polícia, ☆♦▼◆ □◆\* ☆◆□◆\* o Grande Oriente da Psicoterapia".

#### A EVOLUÇÃO DA PSICOTERAPIA - DA MÍTICA RESSUREIÇÃO DE PHOENIX À DISNEYLÂNDIA DE ANHEIM

Poderá ter o leitor ficado com a ideia de que, os meus causticos comentários, traduzem uma descrença na psicoterapia. Não, muito pelo contrário. A psicoterapia é um domínio fascinante que acredito não parará de evoluir e contribuir para as políticas clínicas e educacionais de desenvolvimento humano.

Certa vez em que tornava públicas algumas destas preocupações, lembrou-me uma colega, por certo assustada, que a mudança era uma realidade e que tínhamos que acreditar na sua possibilidade. Acrescentava um outro colega que se não acreditávamos na mudança teríamos que mudar de profissão. E fi-

nalizava um outro, chamando a atenção para o paradoxo de que, se não acreditávamos na mudança nem de profissão poderíamos mudar. Todos estas três asserções fazem sentido e podem ser reformuladas na asserção de que *para acreditarmos na mudança temos nós próprios que mudar a psicoterapia*. E mudar implica, antes de tudo, a relativização de alguns dos mitos que foram enunciados.

Os grandes pensadores e clínicos em psicoterapia são importante fonte de aprendizagem vicariante, mas enquanto forem idolatrados na figura mítica de superheróis prestarão um mau serviço ao esclarecimento da prática e da formação dos terapeutas. A flexibilidade e as potencialidades de adaptação dos seres humanos constitui um dos fenómenos mais fascinantes da psicologia. No entanto, o mito de uma eficácia rápida e absoluta, desrespeita os constructos centrais de permanência e identidade dos clientes. Finalmente, é desejável um movimento de aproximação e abertura entre várias ideologias e práticas terapêuticas. Todavia, o mito da integração poderá ameaçar a construção de um saudável e criativo pluralismo terapêutico.

Os caminhos de evolução da psicoterapia são hoje uma incógnita. Em Dezembro de 1985 os expoentes da psicoterapia mundial encontraram-se em Phoenix para discutir a Evolução da Psicoterapia. Estavam presentes, entre outros, Rogers, Minuchin, Laing, Bettelheim, Ellis, Beck, Lazarus, May, Whitaker, Haley, e claro está, o fantasma de Milton Erickson. Na sessão de abertura, Zeig chamou a este lendário encontro o Woodstock da psicoterapia. Num fascinate livro inteiramente dedicado ao relato jornalístico do que aí se passou, Amantea (1989) designou-o de Lurdes da Psicoterapia. Estiveram presentes 7000 pessoas e durante alguns dias a psicoterapia ocupou a primeira página dos jornais.

Phoenix é uma cidade colocada no meio do deserto do Arizona. Deserto que é pródigo na criação de ilusões. Phoenix é também o nome de um pás-sa-

ro mágico Egípcio, que se transformou na mitologia Grega, num símbolo da ressurreição, reaparecendo periodicamente depois de cada auto-destruição. Phoenix e o deserto são pois uma metáfora daquilo que lá se passou em Dezembro de 1985, cresceram as ilusões e os mitos e uma tempestade de areia assolou o deserto. Como comentou Montalvo (citado por Amantea, 1989), "esforços para comparar o que aconteceu em Arizona com aquilo que aconteceu no Concílio do Vaticano II ou em Woodstock - embora não científicos - não deverão ser completamente repudiados".

Este ano, em 1990, há mais. Os gurus da psicoterapia voltarão a encontrar-se em Dezembro em Anaheim na Califórnia. Cinco anos passados há que fazer o balanço e traçar os novos itinerários. O encontro promete, é que mesmo ali ao lado fica a Disneylandia.

E assim continua a trajectória da psicoterapia, entre o misticismo do pássaro Phoenix e a animada fantasia da Disneylandia. Uns e outros estão recheados de deuses míticos e de superheróis, indígenas dos espaços de infância em que ainda vive a psicoterapia.

#### Referências

- Amantea, C. (1989). *The Lourdes of Arizona*. San Diego, CA: Mho & Mho.
- Antunes, A. L. (1979). *Memória de elefante*. Lisboa: Vega.
- Antunes, A. L. (1980). *Conhecimento do inferno*. Lisboa: Vega.
- Gonçalves, O. F., & Barbosa, J. G. (no prelo). Epistemologia e ciência pessoal do terapeuta. *Psychologica*.
- Haley, J. (1973). *Uncommon therapy: the psychiatric techniques of Milton H. Erickson*. N.Y.: Norton.
- Kopp, S. (1972). *If you meet the Buddha on the road, kill him!* N.Y.: Bantam Books.
- Sanches, J. L. S. (1975). *O M.R.P.P.: Instrumento da contra-revolução*. Lisboa: Ulmeiro.
- Silverman, L. H., & Weinberger, J. (1985). Mommy and I are one: implications for psychotherapy. *American Psychologist*, 40, 1296-1308.

## ENTREVISTA COM...

POR JOÃO GUEDES BARBOSA

Michael J. Mahoney tem 43 anos e doutorou-se em Psicologia aos 26 anos na Universidade de Stanford. Desde 1985 é professor do departamento de Educação na Universidade da Califórnia em Santa Barbara (UCSB) depois de já ter ocupado o mesmo lugar durante 13 anos na Universidade de Pennsylvania. Neste momento é também director do laboratório de Desenvolvimento Pessoal da UCSB. Tem dedicado toda a sua vida profissional à psicoterapia e à sua investigação, ao ensino e mais pontualmente à psicologia desportiva. Juntamente com outros autores de renome é considerado um dos responsáveis da (r)evolução cognitiva em meados dos anos 70.

Mahoney faz parte de inúmeras organizações científicas e profissionais entre as quais destacamos a American Psychological Association; American Association for the Advancement of Science; American Psychological Society; Association for the Advancement of Behavior Therapy e a International Society of Sport, entre outras. Tem também sido editor e faz também parte de conselhos de redacção de diversas revistas científicas tais como *Cognitive Therapy and Research*; *Journal of Cognitive Psychotherapy*; *Clinical Behavior Therapy Review*; *International Journal of Sport Psychology*; *Journal of Mental Imagery* bem como revisor do *American Psychologist*; *The Behavioral and Brain Sciences*; e *Professional Psychology: Research and Practice*. Mahoney é também membro do Comité Olímpico Americano.

Até agora já publicou 9 livros e mais de 140 artigos e capítulos. Tem recebido diversos prémios, o último dos quais em Lisboa, em Novembro de 1989, no decorrer do congresso "Os Psicólogos e a Psicologia, hoje".

J.P. — Porque é que escolheu a Psicologia e dentro da Psicologia a área da psicoterapia?

M.M. — A escolha pela Psicologia não foi imediata; estive aliás relutante em ir estudar para a universidade, pois estava a trabalhar em construção civil e depois de uma viagem à América Central aconselharam-me a continuar com os meus estudos e continuar até com um emprego mas com um que não requeresse tanto esforço físico. Nos primeiros dois anos saí duas vezes da universidade e sentia-me preocupado se seria capaz de a completar. Também tive um debate interno relacionado com as minhas duas possíveis escolhas: ou ser psicólogo ou ser um escritor de romances. Até agora, e embora tenha escrito muito na minha vida profissional, ainda não escrevi nenhum romance. Além de uma professora que me influenciou, que me deu muita energia e que me 'empurrou' para a Psicologia, também tive umas sessões de orientação escolar e profissional com o Milton Erickson que foram decisivas. Relativamente à psicoterapia, penso que desde muito cedo me identifiquei com este campo, com o diálogo entre a teoria e a prática, entre a ciência e a prestação de serviços. Assim, o envolvimento em psicoterapia foi como que uma consequência natural do outro lado da investigação.



MICHAEL J. MAHONEY

J.P. — Quando escolheu a Psicologia já tinha em mente a futura opção pela psicoterapia?

M.M. — Não. Eu penso que quando escolhi a psicologia ainda não percebia o suficiente para poder optar por esta ou por aquela área. Aquilo que eu sabia é que queria fazer investigação e que queria dar aulas, mas nessa altura ainda não me sentia suficientemente desenvolvido, nem pessoal nem profissionalmente, para poder conhecer e optar por uma área.

J.P. — Você escreveu no livro 'Cognitive Psychotherapies' que "os recentes desenvolvimentos em terapia comportamental, em terapia cognitiva-comportamental e em terapia cognitiva reflectem aquilo que parecem ser significativos melhoramentos na compreensão do processo de mudança humana. Sendo um dos responsáveis pela (r)evolução cognitiva, o que é que isto significa para si, isto é, qual a verdadeira importância da emergência das terapias cognitivas na Psicologia?"

M.M. — Para mim é muito importante, quer em termos pessoais quer em termos profissionais. Eu acredito na suficiência das teorias do desenvolvimento humano e, também, por sua vez, nas teorias e nas terapias capazes de facilitar esse desenvolvimento humano em psicoterapia. Até ao aparecimento das terapias cognitivas havia uma forte dualidade entre as correntes comportamentais mais ortodoxas e as abordagens mais centradas nos aspectos internos, inicialmente mais protegidas pela psicanálise mas também ligadas às perspectivas humanistas e rogerianas. Na minha opinião, a tal (r)evolução cognitiva desafiou a tese que vigorava até à altura, isto é, só os comportamentalistas é que faziam ciência. Os psicanalistas, os humanistas e as tais abordagens que acabei de referir não estavam a fazer ciência. Agora a nossa conceptualização de ciência diz-nos que não é mais proibido entrarmos dentro das experiências fenomenológicas das pes-

Jornal de Psicologia - é preciso ver para crer!

soas e estudar como é que isso influencia e é influenciado. Penso, assim, que a revolução cognitiva é o maior desenvolvimento dos finais deste século na área da Psicologia.

J.P. — Acha, portanto, que é possível fazer ciência em psicoterapia cognitiva?

M.M. — Claro. O que eu penso é que as conceptualizações de cognições e de ciência cognitiva estão ainda a evoluir. Até muito recentemente 'cognição' significava algo separado do comportamento e das emoções; estava muito mais associado com o funcionamento intelectual do que com o funcionamento do organismo. Penso que alguns dos desenvolvimentos dentro das terapias cognitivas são interessantes porque as distinções tendem a desaparecer.

J.P. — Mas no seu trabalho psicoterapêutico, actua apenas ao nível das cognições ou trabalha também com o modelo comportamental?

M.M. — Eu penso que é indispensável trabalhar com ambas e também com o modelo fenomenológico e nunca esquecer nem as emoções nem as experiências de cada um. Para compreendermos e conceptualizarmos o indivíduo temos que trabalhar com as contribuições das principais correntes e integrá-las dada a complexidade do ser humano.

J.P. — As psicoterapias cognitivas estão divididas em duas: o modelo associacionista e o modelo constructivista. Como é que vê esta dualidade e porquê a sua opção pela segunda?

M.M. — Esta dualidade tem já um longo passado na história da filosofia. Mas eu não posso reconhecer esta distinção até que eu próprio tenha passado por diversos estados desenvolvimentais. Quando eu vim pela primeira vez para o campo da psicologia cognitiva e das psicoterapias cognitivas, eu era mais racionalista do que qualquer um e não conseguia imaginar qualquer alternativa possível. A perspectiva racionalista presumia uma força e um poder do pensamento sobre os sentimentos e as acções. Então comecei a explorar as conceptualizações das cognições disponíveis na literatura constructivista (Piaget, por exemplo) e acabei por sentir que estas estavam mais adequadas a mim.

J.P. — Quais são as investigações que tem vindo a realizar ultimamente?

M.M. — As investigações mais relevantes que eu tenho vindo a realizar e que estão relacionadas com a psicoterapia cognitiva têm a ver com os princípios básicos do desenvolvimento humano e as implicações desses princípios na prestação de serviços. Aqui devo destacar tudo que está relacionado com as relações do EU, nomeadamente, os diálogos com o EU. Algumas das nossas investigações estão na linha do *life-review* como um processo para ajudar o indivíduo a desenvolver o seu próprio conhecimento (o que fizeram na sua vida, o que tem sido importante para eles, quais são os seus desejos e medos, etc.). Mas para além disto também estamos a trabalhar com o diário pessoal (é uma excelente técnica para obrigar os sujeitos a debruçarem-se um pouco sobre si próprios) e a fazer alguma investigação relacionada com a técnica do *Mirror-time*, onde se pede aos sujeitos para 'gastarem' algum tempo em frente ao espelho. Aqui pede-se aos sujeitos não só para analisarem a sua imagem mas, sobretudo, para verem qual é a sensação de olharem para eles próprios e verem de que é que se lembram, fantasiam e sentem. Também temos em projecto investigações onde é pedido aos indivíduos para flutuarem em tanques com soluções de água salgada muito densa e onde

praticamente não há estímulos sonoros e luminosos, a gravidade quase não existe e os contrastes de temperatura são mínimos. É esta a metodologia que estamos a utilizar para tentar provar que aquilo que um indivíduo experiencia é virtualmente causado por ele e não por estímulos vindos do exterior.

J.P. — Falou há pouco sobre o diário pessoal. Acha que é um trabalho e uma técnica importante em psicoterapia?

M.M. — Sem dúvida. É particularmente importante para indivíduos que não costumam ter tempo para transformarem em palavras (verbalmente ou por escrito) as próprias experiências da vida. A minha experiência clínica e das investigações que tenho tido conhecimento sugerem que esta técnica pode ser uma componente muito forte na terapia. Penso que nós, como profissionais, quanto mais pressionados somos para diminuir o tempo de terapia, mais este tipo de técnica tem contribuído para encorajar o indivíduo a ganhar cada vez mais responsabilidades sobre as próprias reflexões, o que logicamente acaba por se reflectir no processo terapêutico.

J.P. — Qual pensa ser a diferença real entre os conceitos de 'consulta psicológica' e 'psicologia clínica'?

M.M. — Nunca fui capaz de distinguir as duas. No entanto, há uma diferença na sua história. A consulta psicológica está tradicionalmente associada com o modelo educacional, com uma ênfase mais desenvolvimental, focando o *life-span* (que reconhece a necessidade de uma ajuda básica), mas sempre numa perspectiva de um desenvolvimento normal, isto é, não patológico. A psicologia clínica está, por sua vez, mais associada ao modelo médico e quase sempre com ênfase em patologias mais graves e tem como objectivo subjacente como que uma correcção da mentalidade durante a psicoterapia. Acredito que há importantes contribuições de ambas as correntes mas é quase que inevitável, pelo menos nos EUA, que esta distância vá diminuindo e que haja um maior diálogo entre ambas.

J.P. — Quando fala em psicoterapia, pensa que este conceito está mais próximo da consulta psicológica, da psicologia clínica ou será algo ainda diferente?

M.M. — Eu utilizo os conceitos 'consulta' e 'psicoterapia' como sinónimos. O termo 'psicoterapia' (bem como o termo 'consulta') tem diferentes conotações se formos à raiz da palavra: cura da alma, ou mais tarde, cura da mente. Eu gosto mais do termo 'consulta' e até o prefiro em relação ao termo 'psicoterapia', apenas porque não tem conotações com o modelo médico. Por outro lado, penso que alguma da ênfase da psicologia clínica, particularmente o reconhecimento da gravidade de algumas desordens, é um reconhecimento importante e necessário, e não penso que a consulta psicológica reconheça este tipo de desordens psicológicas.

J.P. — Para se ser um psicoterapeuta nos EUA é preciso submeter-se a um programa de doutoramento, praticar e treinar ao longo de bastante tempo e sempre debaixo de supervisão até se poder trabalhar de um modo independente. Qual é, na sua opinião, a verdadeira necessidade deste treino, prática e supervisão?

M.M. — As exigências desta profissão são tais que aquilo que é por nós pedido durante o treino e supervisão é o que é apropriado e sem dúvida o mínimo. Talvez não tivesse a dizer isto se fosse estudante "graduado" porque é, sem dúvida, um período que consome muito tempo e muita energia. Mas isto tem que ser feito porque na profissão em que estamos e na

direcção em que estamos a caminhar temos que ser cada vez mais responsáveis como profissionais. Acredito que um profissional em psicologia é alguém que tem responsabilidades e riscos específicos que estão naturalmente associados ao tema da consulta e da psicoterapia. É também uma forma de intimidade (não sexual) e uma forma muito pessoal e privada de compartilhar e, claro, que num processo de consulta e psicoterapia é requerida uma quantidade muito grande de exigências ao profissional. Por isso acho que a experiência que se ganha durante o processo de treino e supervisão é muito valioso, importante e quase que indispensável. Uma das lições que a Psicologia americana têm aprendido, só que de uma forma muito lenta é que a ênfase dada às investigações tem que ser balanceada com a ênfase dada ao treino e ao próprio desenvolvimento profissional e pessoal. Por exemplo, o número de programas de Psicologia nos EUA que dão um grau em PsyD é cada vez maior do que aqueles que dão um grau em PhD (em Psicologia). Uma das causas desta nova tendência é o resultado das limitações de alguns programas de treino que não estão a dar tanta ênfase aos aspectos práticos e aos aspectos desenvolvimentais e profissionais e é cada vez maior a tendência para não haver tanta investigação mas para se ser capaz de entender e interpretar essas investigações.

J.P. — Para se ser um psicoterapeuta pensa que vale a pena ou que é necessário, pelo menos durante os primeiros tempos, passar pelo papel ou ser até mesmo um cliente?

M.M. — Penso que não se deve dizer que é necessário. No entanto, eu encorajo totalmente os meus alunos e até os terapeutas que ainda não o fizeram, a serem 'clientes' durante uns tempos. Nós não precisamos de estar em crise para sermos clientes. Também acredito que isto não enriqueça apenas a nossa experiência pessoal (de passarmos a saber o que é e como é estar no papel de cliente) mas que também aumente a nossa habilidade de lidar com os clientes. Mas voltando ainda atrás, ao risco desta profissão, eu acho que os psicólogos estão muito mais em risco de depressão e da maior parte dos stresses associados do que qualquer outro profissional. Assim, penso que a necessidade de tomarmos conta de nós é também maior. No entanto, é com pena que observo que a maioria dos psicólogos está relutante em reconhecer esta necessidade e muitos psicólogos, particularmente psicólogos académicos, são os mais relutantes em aceitarem ser 'clientes'. Mas isto pode-nos trazer uma mensagem sobre a nossa profissão. Se nós não formos capazes de tratar de nós, então isto pode ser alvo de comentários. Portanto, e mais uma vez, penso que vale a pena passarmos pelo papel de cliente, pois é uma experiência fortíssima.

J.P. — Se um aluno seu quisesse ser 'cliente', apenas como uma experiência, sugeria-lhe que fosse a um terapeuta que tivesse a mesma orientação teórica (de modo a aprofundar o que estava a aprender) ou achava que ele deveria submeter-se a uma diferente orientação (de modo a poder confrontar-se com uma nova perspectiva)?

M.M. — Eu acho que ele deveria sujeitar-se a uma terapia diferente. Por um lado, poderia aumentar os conhecimentos numa nova perspectiva e, por outro lado, por se encontrar nesta situação de contraste ser-lhe-ia mais fácil experienciar tudo o que é novidade e inovação.

J.P. — Imagine o caso de um aluno não estar em crise e decidir submeter-se a um processo terapêutico. Não estando em crise, não acha que este 'cliente', em particular, e esta

'terapia', em geral, não serão um bocado artificiais e, portanto, de pouco interesse pedagógico para o 'aluno/cliente'?

M.M. — Esta é talvez a única razão pela qual eu não insisto muito nem em relação a mim próprio nem em relação aos meus alunos. Se se é forçado nunca se aproveita tanto como se tivesse sido uma opção. É um facto que se o 'cliente' não está em crise ele pouco mais sente que um compromisso pedagógico naquela relação terapêutica. No entanto, penso que há sempre uma situação intermédia, isto é, não há apenas o contraste entre o 'está tudo bem' e o 'está em crise'; há sempre uma zona onde qualquer um de nós não precisa de criar uma situação artificial, onde o 'cliente' não precisa de ser actor.

J.P. — Psicoterapia e Psicologia Desportiva. Duas áreas aparentemente diferentes mas que consegue conciliar. Como explica isto e o que é que isso significa para si?

M.M. — Eu vejo esses dois aspectos como complementares e que reflectem algo no meu próprio desenvolvimento onde eu penso que o corpo e a mente não estão separados. Na psicologia desportiva, e trabalhando com atletas e treinadores, temos que trabalhar num nível não tão intelectual. E isto apenas porque estamos a trabalhar com o movimento. Se nos queremos referir a experiências de carácter muito físico então temos que sair um pouco da atmosfera dos processos intelectual e racional. Como eu sou uma pessoa fisicamente muito activa, é para mim muito importante experienciar o meu corpo e saber até onde ele é capaz de ir. Portanto, se eu quero sentir isto não posso conceptualizar e separar o corpo da mente. Por outro lado, também acredito que o jogo, e não só o desporto de competição, é algo muito importante no processo do desenvolvimento humano e até mesmo no nosso próprio desenvolvimento cultural. No desporto de competição, que é a área que mais peso tem na psicologia desportiva, nós, psicólogos, estamos numa situação privilegiada para podermos observar as performances de atletas em situações de terem de lutar contra algo ou terem de vencer algo. Isto é, o que indivíduos não atletas também fazem no seu dia-a-dia, isto é, sucesso e falhanço, avaliação, ansiedade de desempenho e isolamento. Assim, o desporto acaba por ser um micro-cosmos muito concentrado de muitos aspectos que também ocorrem em indivíduos não atletas. Uma vez desafiei-me a mim mesmo, interrogando-me como é que poderia estar a perder tanto tempo trabalhando com atletas quando havia tanta gente sofrendo com problemas mais graves, e cheguei à conclusão que isso não era uma dicotomia. Há determinados tipos de investigação na Psicologia Desportiva que contribuem significativamente para o estudo e o entendimento muito mais rápido de alguns fenómenos gerais e que não acontecem só no desporto, como por exemplo, padrões de ansiedade, agorafobias, etc.

J.P. — Quais são os seus futuros projectos teóricos e práticos na área dos processos de mudança humana?

M.M. — Quem me dera poder predizê-lo. Contínuo interessado em estudar o sistema do EU, o modo como isso poderá ser importante e ainda como isso poderá influenciar as relações sociais, as relações íntimas e também as estruturas de família e mesmo as estruturas sociais, tradições culturais, etc. Assim, isso é algo que eu vejo como uma prioridade nos meus estudos. Também continuarei a encorajar os profissionais a reflectirem mais sobre os seus *self-caring patterns*, porque eu penso que a relação do terapeuta consigo próprio reflecte-se no modo como o serviço é prestado. Muitos de nós em Psicologia, mesmo com a melhor das intenções, podemos pôr as nossas

necessidades e desejos para trás dos nossos clientes e alunos e, por isso, temos que tratar bem de nós próprios pois temos uma grande responsabilidade na nossa profissão. Entretanto irei fazer uma pausa nas minhas 'escritas' mais técnicas, que me têm ocupado os últimos 10 anos a escrever o meu actual livro e irei provavelmente escrever um manual terapêutico com alguns exercícios sobre o desenvolvimento pessoal. Espero também acabar o meu primeiro romance.

J.P. — Acaba de receber um prémio em Portugal. Qual a importância deste prémio para si e o que é que ele significa realmente para si?

M.M. — É, sem dúvida, um acontecimento muito

importante na minha vida quer pessoal quer profissional. A entrega deste prémio coincide mais ou menos com o fim dum livro que estou a acabar de escrever e que é, numa opinião e avaliação pessoal, a minha maior contribuição. Por outro lado, é interessante porque as primeiras ideias que tive para este livro apareceram em 1980 numa viagem que fiz à Alemanha, a Itália e a Portugal. É, portanto, apropriado que algumas das palavras finais sejam escritas em Portugal e em Itália. Sinto-me muito lisonjeado e honrado com este convite para ir a Portugal. Tenho muito respeito por muitos dos psicólogos portugueses que estão a contribuir com perspectivas muito importantes para o ainda actual desenvolvimento da Psicologia.

## VÁRIA

### UNIVERSIDADE DE AVEIRO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A Secção Autónoma de Ciências Fundamentais da Universidade de Aveiro vai reabrir o mestrado em Ciências da Educação na especialidade de Activação do Desenvolvimento Psicológico (Psicologia da Educação), no próximo mês de Outubro.

Dentro da "Activação do Desenvolvimento Psicológico" o Mestrado permitirá especializações em diferentes níveis (Educação Pré-Escolar, Educação Básica e Ensino Geral e Secundário) combinando algumas das suas disciplinas e, sobretudo, orientando o sentido da tese de dissertação.

Mais informações poderão ser obtidas junto da Secretaria da Secção Autónoma das Ciências Fundamentais da Educação da Universidade de Aveiro.

### EMERGÊNCIA INFANTIL

A Emergência Infantil (EI) nasceu, como Projecto Nacional, em 5 de Agosto de 1988, no Refúgio Aboim Ascensão, Instituição Particular de Solidariedade Social que, desde 1 de Outubro

de 1985, com auxílio de Entidades Oficiais e Privadas, recebe em Faro crianças abandonadas, vítimas de maus tratos, abuso sexual, negligenciadas, etc..

A Comissão Nacional, criada a partir de Faro e integrando 14 Personalidades de indiscutível idoneidade e comprovado cometimento em favor da criança em risco, é presidida pela Dr<sup>a</sup> Maria Barroso Soares e o Projecto tem já interlocutores em todo o País, bem como em 9 países Comunitários, nos E.U.A. e no Canadá.

Emergência Infantil é, assim, um Movimento Nacional privado, operando com forte apoio, quer da Sociedade Civil, quer do Estado (Ministérios do Emprego e Segurança Social, Justiça, Educação e Saúde) e das Autarquias, visando acolher, enquadrar e encaminhar posteriormente (para a Família Natural ou Adoptiva) crianças a quem a vida fez sofrer precocemente.

O Projecto opera com uma forte componente de Voluntariado organizado e a cooperação técnica com o Governo e Autarquias tem-se revelado muito positiva.

No futuro, e segundo as palavras do Dr. Luis Villas-Boas (Vice-Presidente do IEI e Director do Refúgio Aboim Ascensão) pretende-se que, após a criação em 1 de Março de 1990 do Instituto para a Emergência Infantil

(IEI), a partir da actual Comissão Nacional, criar ainda em 1990, a Fundação Internacional para a Emergência Infantil e em 1991 - 1992 o Serviço Nacional de Emergência Infantil (SNEI), operando a partir dos organismos anteriores.

### FREUD E PIAGET REVISITADOS

Chegou finalmente ao nosso conhecimento a publicação na revista britânica *Psychology News* (vol. 2, nº 5, Outono de 1988) da tradução do artigo de J. H. Barros de Oliveira, intitulado "Convergência entre Freud e Piaget" que foi originalmente publicado no *Jornal de Psicologia*, nº 1 de 1987. Muito embora a revista britânica em causa possua um carácter mais informativo e os artigos que geralmente publica se situem numa área que privilegia os temas de maior actualidade e impacto público, é com natural regozijo que constatamos o interesse demonstrado por um artigo proveniente de uma publicação portuguesa.

A publicação do artigo em inglês só foi possível após a sua tradução pelo autor e introdução de algumas modificações, nomeadamente, no que toca à diminuição da sua extensão.

## REUNIÕES CIENTÍFICAS

### ANÁLISE PSICO-SOCIAL DA ACÇÃO EDUCATIVA

Nos passados dias 22 a 24 de Fevereiro, decorreu na Escola Superior de Educação de Leiria, o Seminário "Acção Educativa: Análise Psico-Social". Tratou-se de uma iniciativa conjunta da ESE de Leiria e da APPORT/Divisão de Psicologia da Educação. Neste Seminário participaram cerca de duas centenas de profissionais na sua maioria professores, tendo-se registado comunicações onde vários aspectos ligados à formação dos professores, à prática educativa e à investigação educacional estiveram em análise. Cognitiones, representações sociais, atitudes, valores, atribuições, sucesso educativo, comunidade educativa, formação de professores, investigação educacional ou reforma educativa foram os temas mais tratados.

Para além do bom nível das comunicações apresentadas e do interesse que os vários temas abordados suscitou nos presentes, cabe aqui realçar o clima de franca cordialidade em que decorreu o Seminário que culminou num programa social diversificado e estimulante.

Finalmente, prevê-se a publicação dos trabalhos apresentados num livro de Actas, sendo intenção dos organizadores, após uma avaliação mais circunstanciada, manter a realização do Seminário "Acção Educativa: Análise Psico-Social" nos próximos anos.

Rui Abrunhosa Gonçalves

### CONVENÇÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

As instalações da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra serviram de palco à realização, nos passados dias 6 e 7 de Abril, da Convenção Anual da Associação dos Psicólogos Portugueses para o ano em curso. E, se podemos

dizer que se na Convenção do ano passado (que englobou a Conferência Internacional "A Psicologia e os Psicólogos Hoje!") pouco relevo foi dado às questões profissionais da classe, a Convenção de 1990 foi organizada em torno de objectivos bem específicos, a saber, o papel do psicólogo, o seu estatuto profissional e as várias carreiras que se lhe deparam. Para dar cumprimento a estes objectivos, os participantes reuniram-se segundo os vários "grupos de interesses" ou "Divisões" que a APPORT actualmente possui, procurando-se no final a reflexão e elaboração conjunta de propostas ou documentos a apresentar superiormente, tendo em vista a clarificação de algumas ambiguidades relacionadas com os desempenhos profissionais do psicólogo e, sobretudo, a dignificação social da classe.

Pese embora o interesse candente destas questões, registou-se um reduzido número de afluências (cerca de uma centena) que nem o período de férias, então em início, nem a localização central do evento puderam minorar. Todavia, os participantes "participaram" de facto tendo o conjunto de conclusões apontadas pelos coordenadores dos grupos de trabalho, testemunhado um empenho sério na resolução dos problemas de indefinição profissional da classe.

Sendo a maioria dos participantes ligados à área da Psicologia da Educação, cedo se notou a prevalência de questões desta área onde a precariedade de emprego e a ausência de carreiras parecem continuar a imperar. Por outro lado, os índices remuneratórios continuam aquém do legitimamente esperado para indivíduos possuidores do grau de licenciatura. Disso, aliás, também faz eco o grupo de psicólogos que trabalha na área da Justiça onde o mesmo profissional pode auferir vencimento assaz diferentes consoante se situe, por exemplo, numa carreira de Técnico de Educação (Direcção geral dos Serviços Prisionais/Direcção geral dos Serviços Tutelares de Menores) ou

na carreira de Técnico de Reinserção Social (Instituto de Reinserção Social). Por outro lado, e em muitos casos, foi chamada a atenção para a inadequação entre as necessidades da função e as habilitações do psicólogo o que, não raro, leva a dissonâncias cognitivas tendo por fundo a própria identidade profissional. Finalmente, a área da Psicologia Clínica, da Saúde e Psicoterapia, evidenciou os já "quase eternos" problemas do confronto com a classe médica ainda que, desta vez, fosse possível vislumbrar um progressivo caminhar e uma maior auto-confiança dos psicólogos que fazem da consulta e da clínica o seu ofício privilegiado. Necessidade de mais e melhor formação nesta área foram sentidas, mas vários organismos, entre os quais a APPORT, tem contribuído para minorar essa realidade.

Gostaria ainda de assinalar a ausência dos responsáveis associativos e dos próprios associados ligados à área da Psicologia do Trabalho, ausência essa que não é só apanágio destas lides, mas que, no entanto, pode significar uma inexistência de problemas afectos a este sector profissional da psicologia. Assim seja!

A Convenção terminou com a Assembleia Geral dos Associados para discussão de informações, aprovação de relatórios e regulamentos e propostas de alterações dos estatutos em vigor.

Não quero deixar de exprimir aqui o meu voto de apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Doutor Leandro Almeida, à frente dos destinos da APPORT nos últimos anos que, pela sua capacidade organizativa e de dinamização e sobretudo pela forma como tem sabido projectar a Psicologia no panorama profissional português, tem contribuído de forma inequívoca para o abate de muitas indefinições que a Psicologia e os psicólogos portugueses ainda alimentam. Esta Convenção revelou que, apesar do que já foi feito, ainda há, contudo, bastante a fazer.

Rui Abrunhosa Gonçalves

**Jornal de Psicologia - é preciso ler para crer!**

**Jornal de Psicologia - compre, veja, leia e creia!**

## CALENDÁRIO

### NACIONAL

- 10TH BIENNIAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF "THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR BIOENERGETIC ANALYSIS". Praia de Porto Novo, Torres Vedras, 28 de Maio a 7 de Junho de 1990. - Informações: António Menezes Rocha, Rua Padre António Veira, 3 - 1º, 1000 LISBOA.
- REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE SEXOLOGIA CLÍNICA SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL. Coimbra, 9 de Junho de 1990. - Informações: Clínica Psiquiátrica HUC, Apartado 9001, 3049 COIMBRA Codex.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL "A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO ATENDIMENTO AOS SOBREDOTADOS". Lisboa, 7-10 de Agosto de 1990. - Informações: Secretariado do Seminário, Apartado 4535, 1511 LISBOA Codex.
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL "BÊBÊ XXI". Lisboa, Reitoria da Universidade, 30 de Setembro a 4 de Outubro de 1990. - Informações: Secretariado Condor, Rua Gomes Freire, 191-A, 1100 LISBOA.
- COLÓQUIO VIVER (N)A CIDADE. Lisboa, 18 a 20 de Outubro de 1990. - Informações: Grupo de Ecologia Social, LNEC, Av. do Brasil 101, 1799 LISBOA Codex.
- 2º COLÓQUIO DE PSICOLOGIA CLÍNICA. Lisboa, 29-31 de Outubro de 1990. - Informações: Núcleo de Coordenação da Área da Psicologia Clínica, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Rua Jardim do Tabaco, 44 - 1100 LISBOA.
- 22ND CONGRESS OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF BEHAVIOR THERAPY. Coimbra, 9-12 de Setembro de 1992. - Informações: APTC, Apartado 9001, 3049 COIMBRA Codex.

### INTERNACIONAL

- I REUNIÓN INTERNACIONAL PARA EL ESTUDIO CIENTÍFICO DEL RETRASO MENTAL. Santiago de Compostela, 28-30 de Maio de 1990. - Informações: Plaza de Fuenterrabía nº 3, 15702 Santiago de Compostela, ESPANHA.
- V EUROPEAN CONFERENCE ON PERSONALITY. Siena, Itália, 12-15 de Junho de 1990. - Informações: Prof. S. Sirigatti, Instituto de Psicologia Geral e Clínica, Pian de Mantellini, 35, 53100, Siena, ITÁLIA.
- 8ème FORUM PROFESSIONNEL DES PSYCHOLOGUES. - AUTONOMIES: CONSTRUCTION ET LIMITES. La Villette, França, 14-16 de Junho de 1990. - Informações: Le Journal des Psychologues, 61, Rue Marx Dormov, 13004 Marseille, FRANÇA.
- AN INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL STRESS RESEARCH, London, 18-20 de Junho de 1990. - Informações: Kimberly Vogt, Conference Coordinator, Dean's Office, College of Liberal Arts, Murkland Hall, University of New Hampshire, Durham, NH 03824, USA.
- 8TH GENERAL MEETING OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF EXPERIMENTAL SOCIAL PSYCHOLOGY. Budapest, Hungary, 19-23 de Junho de 1990. - Informações: Bernard Rimé, Voie du Roman Pays 20, B-1348, Louvain-la-Neuve, BÉLGICA.
- INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON NEW HORIZONS IN PEDIATRIC NEUROSURGERY/NEUROLOGY. Tel-Aviv, Israel, 25-28 Junho de 1990. - Informações: New Horizons Symposium, Shaul Harel, c/o International Ltd., P.O. Box 29313, 65121, Tel Aviv, ISRAEL.
- FIRST INTERNATIONAL CONGRESS OF BEHAVIORAL MEDICINE. Uppsala, Suécia, 27-30 de Junho de 1990. - Informações: Stephen MN. Weiss, Dept. of Health & Human Services, National Institutes of Health, Bethesda, Maryland 20892, USA.
- SIXTH PRAGUE INTERNATIONAL CONFERENCE: PSYCHOLOGICAL DEVELOPMENT AND PERSONALITY FORMATIVE PROCESSES. Prague, Czechoslovakia, 2-7 de Julho de 1990. - Informações: 6th Prague International Conference, Institute of Psychology, Husova 4, 11000 Prague, CECOSLOVÁQUIA.
- 48TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. Tóquio, 14-18 de Julho de 1990. - Informações: Patricia Cautley, Secretary-General, 4805 Regent St., Madison, WI 53705, U.S.A.
- 10TH CONGRESS OF INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CROSS-CULTURAL PSYCHOLOGY. Nara, 16-21 de Julho de 1990. - Informações: Dr. Saburo Iwawaki, Hyogo University of Teacher Education, Yashiro, Katou-gun, Hyougo Prefecture 673-14, Nara, JAPÃO.
- 3rd INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON HUMAN FACTORS IN ORGANIZATION DESIGN AND MANAGEMENT. Kyoto, Japão, 18-21 de Julho de 1990. - Informações: Dr. Jyunzov Watada, College of Management, Ryokoku University, 67, Fukakusa-Tsukamoto-Cho, Fushimi-Ku, Kyoto 612, JAPÃO.
- XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DO RORSCHACH E DE MÉTODOS PROJECTIVOS. Paris, 22-27 de Julho de 1990. - Informações: Sociedade Portuguesa de Rorschach e Métodos Projectivos. Av. Visconde de Valmor, 30, Cave, 1000 - LISBOA.
- 22ND INTERNATIONAL CONGRESS OF APPLIED PSYCHOLOGY. Kyoto (Japão), 22-27 de Julho de 1990. - Informações: Secretariat, 22nd IAAP Congress C/O Kyoto International Conference Hall, Takara-Ike, Sakyo-Ku 606, Kyoto - JAPÃO.
- ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Boston, Massachusetts, USA, 10-14 de Agosto de 1990. - Informações: American Psychological Association, 1200 Seventeenth Street N.W., Washington DC 20036, USA.
- 5TH EUROPEAN CONGRESS OF HYPNOSIS IN PSYCHOTHERAPY AND PSYCHOSOMATIC MEDICINE. University of Constance, FRG, 18-24 de Agosto de 1990. - Informações: Walter Bongartz, Universität Konstanz, Postfach 5560, D - 7750 Konstanz 1, REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA.
- IVTH EUROPEAN CONFERENCE ON DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY. Stirling, Scotland, 27-31 de Agosto de 1990. - Informações: Dept. of Psychology, University of Stirling, Stirling FK9 4LA, ESCÓCIA.

## CALENDÁRIO (CONT.)

- THE 8TH INTERNATIONAL CONGRESS ON CHILD ABUSE AND NEGLECT. Hamburg, Federal Republic of Germany, 2-6 de Setembro de 1990. - Informações: Tom Levold, Budesarbeitsgemeinschaft der Kinderschutzzentren e. v., Spichernstr., 55, 5000 Köln 1, West Germany.
- THE 2ND WORLD CONGRESS ON FAMILY THERAPY. Krakow, Polónia, 2-7 de Setembro de 1990. - Informações: Florence Kaslow, International Family Therapy Association, 2617, N. Flagler, Dr. Suite 204, West Palm Beach, FL 33407, USA.
- XXTH EUROPEAN CONGRESS ON BEHAVIOUR THERAPY, Paris, France, 12-15 de Setembro de 1990. - Informações: "Paris 1990", AFTC, Centre Hospitalier, 94190 Villeneuve Saint-Georges, FRANÇA.
- FOURTH CONFERENCE OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR COGNITIVE PSYCHOLOGY. Villa Olmo, Lake Como, Italy, 15-19 de Setembro de 1990. - Informações: J.L. Jackson, Institute of Experimental Psychology, University of Groningen, Kerklaan 30, 9751 NN Haren, HOLANDA.
- THE 2ND EUROPEAN CONFERENCE ON TRAUMATIC STRESS. Noordwijkerhout, Holanda, 23-27 de Setembro de 1990. - Informações: The Secretariat of the 2nd European Conference on Traumatic Stress, c/o ICODO, Attn, Jos. M.P. Weerts, W. Barentszstr., 31-C, 3572 PB Utrecht, HOLANDA.
- 2ND INTERNATIONAL CONGRESS ON PSYCHO-CORPORAL THERAPY. Chanteclerc Hotel, Ste-Adèle, Qc, 3-7 de Outubro de 1990. - Informações: Institut de Croissance Holistique, 1222 east, Blvd. St-Joseph, Montreal, Qc, Canadá, H2J 1L6.
- THE EVOLUTION OF PSYCHOTHERAPY: FUTURE TRENDS. Anaheim (Califórnia), 12-16 de Dezembro de 1990. - Informações: The Milton H. Erickson Foundation, 3606 N. 24th Street, Phoenix, Arizona, 85016, USA.
- 49TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. San Francisco, California, USA, 11-15 de Agosto de 1991. - Informações: Secretariat, 4805 Regent St., Madison, Wisconsin 53705, USA.
- ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. San Francisco, California, USA, 16-20 de Julho de 1991. - Informações: American Psychological Association, 1200 Seventeenth Street N.W., Washington DC 20036, USA.
- LE FORUM EUROPÉEN DES PSYCHOLOGUES. Estraburgo, 9-12 de Julho de 1992. - Informações: Le Journal des Psychologues, 61, Rue Marx Dormov, 13004 Marseille, FRANÇA.
- 50TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. Amsterdam, the Netherlands, 14-18 de Julho de 1992. - Informações: Secretariat, 4805 Regent St., Madison, Wisconsin 53705, USA.
- 25TH INTERNATIONAL CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Bruxelas, 19-24 de Julho de 1992. - Informações/EUA: Joan Buchanan, APA International Affairs Office, 1200 Seventeenth Street, N.W., Washington DC 20036, USA. Informações/EUROPA: Brussels International Conference Centre, Parc des Expositions, Place de Belgique, B-1020 Brussels - BELGICA.
- 22ND CONGRESS OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF BEHAVIOR THERAPY. Coimbra, 9-12 de Setembro de 1992. - Informações: APTC, Apartado 9001, 3049 COIMBRA Codex, PORTUGAL.

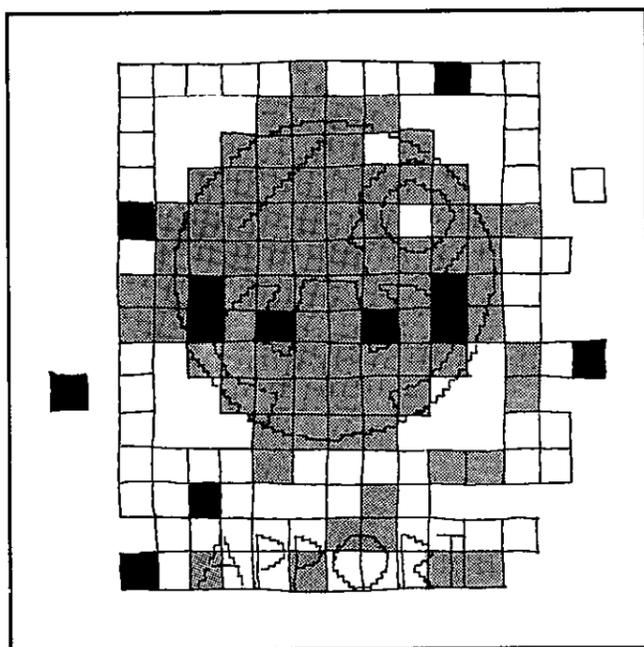
### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- *Adolescence et identité*. Noureddine Kridis. Le Journal des psychologues, Hommes & perspectives, 1990, Marseille.
- *American Psychologist*, nº 12, vol. 44, Dezembro 1989.
- *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 41, Junho/Agosto 1989.
- *Apuntes de educación*, nº 37, Abril-Junho de 1990.
- *Child abuse and neglect: Theory, research and practice*. John T. Pardeck (ed.). Gordon and Breach, 1989, London.
- *Classificação Internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens (handicaps). Um manual de classificação das consequências das doenças*. M. E. S. S., Secretariado Nacional de Reabilitação. 1980. O. M. S., Lisboa 1989.
- *Fontes Unesco*, nºs 10, 11 e 12, Dezembro 1989, Janeiro e Fevereiro de 1990.
- *Guia do Deficiente*, 3ª ed., vol. 1. Manuel Dantas e José Coimbra de Matos. M. E. S. O. Lisboa 1989.
- *Informació Psicològica*, nº 41, Março 1990.
- *Jornal Universitário de Porto*, nº 4, Janeiro de 1990.
- *O Médico*, nº 1976, 26 de Abril de 1990.
- *Papeles de psicólogo*, nº 43, Fevereiro 1990.
- *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 5, nº 1, Janeiro/Abril 1989.
- *Publirsa*, nº 19, Janeiro de 1990.
- *Reabilitação*, nº 5, 1989.
- *Recull Informatiu* - Fevereiro 1990. Colégio Oficial dos Psicólogos. Valência.
- *Revista de Psicologia*. Universitas Tarraconensis, XI (1) 1989.
- *Revista Universitária de Psicologia*, Ano 1, nº 2.
- *Risquer l'education. Vivre l'echec scolaire provisoire*. François Marchand. Ed. Hommes et Perspectives. Le Journal des Psychologues, 1989, Marseille.
- *Salud Mental*, vol. 12, nº 4, Dezembro de 1989.
- *Temas*, vol. 18, nº 34/35, Julho/Dezembro de 1988; vol. 19, nº 36, Janeiro/Junho de 1989.
- *The British Psychological Society Annual Report*. 1989-1990.
- *The Lourdes of Arizona*. C. Amantea. Mho & Mho, 1989. San Diego, California
- *The Psychologist*, vol. 3, nºs 2 a 4, Fevereiro a Abril de 1990.

# APPORT

# APPORT

# APPORT



**Mais e melhor para a Psicologia**  
*em PORTUGAL*

## ESCLARECIMENTO

*Ao abrigo da Lei da Imprensa e da prática vigente nas publicações de índole científica, transcrevemos a seguir o conteúdo de uma carta que nos foi endereçada pelo Prof. Doutor Luis Joyce-Moniz*

"... solicito a V. Exa. a publicação das seguintes rectificações, relativas às referências que me são feitas no artigo do Professor Óscar F. Gonçalves "Psicologia Clínica: Estado Actual E Perspectivas De Futuro", publicado no nº de Jan.-Fev. deste ano (páginas 8-13):

1) O "First European Meeting of Cognitive Behavioral Therapies" decorreu em Lisboa, em Setembro de 1981 (e não em 1989).

2) Como os escritos referenciados no artigo mostram (Joyce-Moniz, 1985, 1986, 1988, 1989), o único trabalho em que me encontrei associado à Professora A. Lopes da Silva dizia respeito à orientação da sua tese de doutoramento, defendida em 1985. Nunca houve, aliás, qualquer trabalho que fosse por mim coordenado conjuntamente com essa docente, como a leitura do artigo poderá sugerir.

3) Cumpre-me informar que os trabalhos efectuados, no que se designa no artigo de "sectores clínico-educacionais", e de "contribuições desenvolvimentais para as terapias comportamentais e cognitivas" têm envolvido, sobretudo, os investigadores da Associação Portuguesa de Psicoterapia Cognitiva, Professores Ermelindo Peixoto e Orlando Lourenço, e Drs. Fernando Fradique, Luisa Barros, Aníbal Henriques, Joaquim Reis e Luzia Travado.

Agradeço antecipadamente a publicação próxima destas precisões, e envio os meus melhores cumprimentos."

Lisboa, 26 de Abril de 1990

Luis Joyce-Moniz

Nos termos do nº 12 do artº 7º da Lei da Imprensa informa-se que o Jornal de Psicologia é propriedade do Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, associação sem fins lucrativos e cujo objectivo é concorrer para o desenvolvimento da investigação e divulgação no domínio da psicologia e ciências afins (Diário da República, III Série, nº 112 de 15/5/80)

REVISTA UNIVERSITÁRIA  
DE  
PSICOLOGIA

Publicação da  
Associação Nacional de  
Estudantes de Psicologia

À venda nas Associações de Estudantes

## EDIÇÕES

## JORNAL DE PSICOLOGIA

1. Teorias da Inteligência (1ª ed.)  
*Leandro S. Almeida*
2. Guia de Cursos e Profissões  
*José M. Castro, Maria de Céu Taveira e Pedro Braga Pinho*
3. Jovens Portugueses em França: Aspectos da sua Adaptação Psico-social  
*Félix Neto*
4. Introdução à Psicologia do Desenvolvimento  
*Maria Isolina Borges*
5. A Inteligência e as Deficiências Intelectuais  
*Gunnar Kylén*
6. Teorias da Inteligência (2ª edição revista e ampliada)  
*Leandro S. Almeida*
7. Escalas Locus de Controle para Crianças  
*Orlando M. Lourenço*
8. Olá ... Mhm ... Mhm ... Adeus ... Para uma Estética da Aserção Social  
*Óscar F. Gonçalves*
9. Terapia Comportamental: Modelos Teóricos e Manuais Terapêuticos  
*Óscar F. Gonçalves*
10. Metodologia da Investigação Psicológica  
*Amâncio da Costa Pinto*

Complete a sua colecção adquirindo as obras que lhe faltam. Algumas delas estão praticamente esgotadas. Escreva a solicitar informações para Jornal de Psicologia, 76 - 4000 PORTO

JÁ À VENDA!

JÁ À VENDA!

## METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA



Amâncio da Costa Pinto

Este livro foi escrito para os alunos de licenciatura e mestrado que pretendem realizar uma investigação na área da psicologia e em certos domínios da educação. Numa linguagem bastante acessível e recorrendo a casos e exemplos elucidativos, o livro expõe e analisa o âmbito e limites dos principais métodos científicos com referência especial ao método descritivo, correlacional, diferencial e experimental. Outros aspectos abordados no livro incluem o papel das teorias e modelos na investigação científica, a natureza científica da investigação psicológica, as relações entre metodologia e estatística e o relato de uma investigação experimental.

Preço: 1280\$00 (portes e envio incluídos)  
Pedidos para: cheque/vale postal à ordem de Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO

*Amâncio da Costa Pinto*  
doutorou-se em 1985 no domínio da psicologia experimental e é actualmente professor associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Especialista nas áreas da metodologia psicológica e da aprendizagem e memória humanas.

JÁ À VENDA!

JÁ À VENDA!